



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 770 - DE 16 A 29 DE AGOSTO DE 2026 - R\$ 5,00



Em defesa da Revolução Cubana!

**Romper o cerco dos
Estados Unidos à economia
e ao povo cubano**

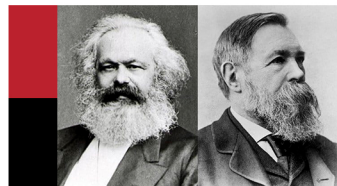
**Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem
os comitês de mobilização anti-imperialista!**

Eleições no Brasil

**O programa do POR tem como objetivo histórico
desmontar o poder da burguesia e constituir um
governo operário e camponês, que expressará a ditadura
do proletariado sobre a burguesia e diante do domínio
imperialista. Nessa luta pelo poder, é obrigatório revelar
o conteúdo burguês das eleições e trabalhar pela
organização independente dos explorados**



do assassinato de Leon Trotsky
*Memória eterna ao dirigente
da Revolução Russa*



► Assimilando o socialismo científico
A Base da Família (parte I)

Em defesa da Revolução Cubana!

Romper o cerco dos Estados Unidos à economia e ao povo cubano

**Organizar um movimento de frente única
anti-imperialista na América Latina**

*Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem os
comitês de mobilização anti-imperialista!*

Um bom sinal de resistência foram as manifestações no México e nos Estados Unidos no dia 26 de julho, sob as bandeiras “Não à guerra contra Cuba!” “Abaixo o Bloqueio a Cuba!”. Evidentemente, não se poderia esperar que a imprensa burguesa noticiasse. Embora tenham sido pequenas, principalmente as dos Estados Unidos, o fundamental está em que expressaram a necessidade da luta contra o esmagamento econômico de Cuba e a ofensiva do imperialismo estadunidense para derrubar o seu governo e regime.

O atraso em reagir ao objetivo contrarrevolucionário dos Estados Unidos e ao processo de restauração capitalista que vem se acelerando demonstra a profunda crise de direção revolucionária. É sintomático que as múltiplas correntes de esquerda, que compõem o espectro do estalinismo e do campo dos revisionistas do trotskismo, não tenham sido capazes de pôr em marcha a constituição da frente única anti-imperialista. A inércia diante da invasão militar e sequestro do presidente da Venezuela pelos Estados Unidos evidenciaram a bancarrota das esquerdas que se reivindicam do socialismo e dos mais variados tipos de nacional-reformismo.

Esse fenômeno se explica, em grande medida, pela adaptação das esquerdas à democracia burguesa e à governabilidade do nacional-reformismo, que foram perdendo grande parte de sua influência política com a derrocada do chavismo, evismo, peronismo e mesmo do petismo. O dilaceramento das esquerdas centristas se deve ao abandono e afastamento do programa da revolução social. De forma que se tornaram incapazes de reagir aos retrocessos nacionais e mundiais ditados pelas vitórias do imperialismo contra as conquistas das revoluções proletárias, que incluem as de Cuba, extremamente importantes para a América Latina.

As mudanças na situação mundial desde a constituição do Estado operário em Cuba - cuja Revolução de 1959 possibilitou a expropriação dos latifundiários, a nacionalização da indústria e dos bancos e o estabelecimento da centralização estatal, bem como a imposição da soberania nacional diante do imperialismo - são amplas e profundas, no sentido da decomposição do capitalismo. A derrocada da União Soviética em dezembro de 1991 favoreceu a diretriz norte-americana de isolar Cuba e mutilá-la economicamente ao ponto de impor ao seu governo o curso da restauração capitalista.

É necessário ainda considerar os impactos regressivos do processo de restauração na China. A emergência da economia chinesa, que passou a se chocar com a hegemonia norte-americana, se reflete na arena da guerra comercial e na escalada bélica impulsionada pelas potências imperialistas. Não é possível aos países de economia atrasada (semicolônias) aproveitarem as vantagens apresentadas pela China sem que sejam arrastados à disputa mundial entre os monopólios na forma de guerra co-

mercial e de fomento bélico. Esse conflito vem se manifestando com a orientação radical do governo republicano de Trump de submeter a qualquer custo os países latino-americanos. O que implicou acabar com o nacionalismo chavista e impulsionar o processo restauracionista em Cuba.

Esses primeiros passos dão concretude ao documento “Estratégia de Segurança Nacional voltada para a América Latina” e à retomada da ideologia imperialista consubstanciada historicamente na Doutrina Monroe. Uma das condições para os Estados Unidos se imporem diante da China é a de exercer o total controle das fontes de matérias-primas da América Latina e manter a subordinação de suas economias.

Em um vídeo publicado pelo Departamento de Estado, em 11 de agosto, a administração Trump faz ameaça aos países latino-americanos afirmando que o “domínio dos Estados Unidos em toda a América nunca mais será questionado”. Em março de 2026, a Casa Branca reuniu 12 países serviais da América Latina para lançar o denominado “Escudo das Américas”. Tem conseguido influenciar as eleições e impor governos francamente antinacionais e antipopulares. O que restou do nacional-reformismo se encontra em frangalhos no México e Brasil. A mais recente vitória do ultradireitista Abelardo de la Espriella na Colômbia desequilibrou de vez a balança política em favor do “Escudo das Américas”. Trump já contava com as importantes vitórias na Argentina e Chile.

É nesse marco que se coloca a defesa de Cuba. O tempo corre a favor da contrarrevolução. A derrubada da última trincheira de apoio econômico à Ilha, mantida pelo governo chavista da Venezuela, abriu totalmente o caminho para os Estados Unidos sufocarem a economia cubana, impedindo a importação de petróleo e impondo novas sanções. O governo Trump simplesmente rompeu o acordo ditado pelo governo de Barack Obama, realizado entre 2014-2015, que flexibilizava as relações diplomáticas e comerciais com o governo de Raúl Castro. O seu sucessor, Miguel Díaz-Canel, deu passos no sentido das privatizações.

Sob tremenda pressão externa do imperialismo estadunidense e interna provocada pela crise energética (apagões e colapso dos serviços sociais), Díaz-Canel levou a Assembleia Nacional de Poder Popular (ANPP) a aprovar um plano restauracionista, que, se posto em prática, liquidará de vez com as conquistas da Revolução de 1959. Comentaristas da imprensa burguesa se referem às reformas como sendo tipicamente de “socialismo de mercado adotado pela China e pelo Vietnã”. Em resumo, “entre as reformas destacam-se a transformação das empresas estatais em sociedades comerciais por ações ou de participação, autorização para empresas privadas com mais de 100 empregados, participação de capital estrangeiro no setor privado e abertura de contas em moeda estrangeira para pesso-

as físicas; agricultura, turismo, setor bancário e mercado cambial ficarão abertos ao investimento privado, tanto nacional quanto estrangeiro; os cubanos poderão ter mais de uma empresa privada e participações em outras sociedades; será permitida a negociação salarial nas empresas”. No fundamental, “entre os pontos centrais estão a permissão para que empresas privadas contratem mais de 100 funcionários, o fim da restrição a um único negócio por empresário, abertura para bancos privados e a possibilidade de venda de propriedades estatais”.

Mesmo com o plano tão claramente restauracionista, volta-do a constituir uma nova burguesia cubana, Trump considerou insuficiente. Exige a mudança de regime político, de forma a desmontar o que resta de herança da Revolução Cubana. Os Estados Unidos estão propensos a realizar a mesma operação que foi feita na Venezuela.

Cabe às centrais, sindicatos e movimentos reconhecerem a importância das manifestações no México e nos Estados Unidos, ampliá-las e fortalecê-las como trincheiras de combate ao imperialismo, de defesa de Cuba, pela expulsão dos Estados Unidos da Venezuela e enfrentamento à guerra comercial, sob a bandeira da autodeterminação e soberania nacional. Formar urgentemente os comitês de frente única anti-imperialista.

É nesse terreno que a vanguarda com consciência de classe tem de se empenhar ao máximo para constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia da revolução social. Está posta em Cuba a tarefa de organizar um partido operário revolucionário, de caráter leninista, que se oriente pelo Programa de Transição da IV Internacional. Esse objetivo caminha no sentido de superar a crise mundial de direção.

Carta do Partido Operário Revolucionário (POR) à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

13 de agosto de 2026

Esta é a primeira Carta voltada a responder à disputa presidencial. As candidaturas estão definidas. Os partidos se concentram em arrastar a população por detrás de suas propagandas. Os meios de comunicação abrem espaço para convencer os explorados de que participarão da definição sobre a continuidade do governo Lula ou a sua substituição por um novo governo.

Segundo as pesquisas eleitorais, Lula terá como principal concorrente Flávio Bolsonaro. As demais candidaturas oposicionistas – todas de direita – estão longe de pôr em risco a continuidade do PT à frente do poder do Estado. Por enquanto, o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, insiste em romper a polarização entre o PT e o PL. Por sua vez, nada indica que o candidato Romeu Zema, ex-governador de Minas Gerais, terá como encontrar mais brilho do que Caiado. O franco-atirador Renan Santos, ultradireitista do partido Missão, se acotovela com Caiado.

O mais provável, portanto, é que a polarização entre Lula e Flávio se manterá. Os demais candidatos da direita e ultradireita se unirão, no segundo turno, à candidatura bolsonarista.

Os candidatos das correntes de esquerda – são de esquerda porque não integram a ordem partidária oligárquica – comparecerão apenas figurativamente. Nenhum deles, seja do campo estalinista (PCB e UP) ou dos que se reivindicam do trotskismo (PSTU e PCO), é capaz de se livrar do círculo de aço do sistema eleitoral burguês.

Lula completará seu terceiro mandato. Demonstrou ser um fiel administrador do Estado burguês e, assim, um protetor da propriedade privada dos meios de produção e da exploração capitalista da força de trabalho. Mantém sua popularidade entre uma parcela significativa dos assalariados e dos demais oprimidos. Isso porque destinou uma parcela do orçamento para o assistencialis-



mo. O Bolsa-Família se tornou marca registrada do petismo. É preciso também assinalar que Lula conserva traços do nacionalismo burguês, de forma a se apresentar como defensor dos interesses nacionais em relação ao imperialismo. Os trabalhadores, os mais pobres e miseráveis, não conseguem ver o quanto os governos de Lula serviram aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais.

No outro lado da moeda, estiveram os governos oposicionistas que ficaram marcados por atacarem abertamente as leis trabalhistas, a Previdência, o salário mínimo e os serviços públicos, bem como utilizarem constantemente a violência do Estado contra qualquer manifestação dos pobres da cidade e do campo. O candidato Flávio Bolsonaro representa essa linhagem de governos abertamente antioperários e antipopulares. Não oculta seu servilismo ao imperialismo, em particular, aos Estados Unidos. Foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que se acha condenado por ter orquestrado uma tentativa de golpe de Estado, justamente para impedir a posse de Lula, em janeiro de 2023.

Todo governo burguês é antioperário e antipopular, mas não são iguais quanto ao assistencialismo que acoberta a sua função de protetor dos interesses gerais dos exploradores. A classe operária e os demais explorados quando elegem o presidente, senadores, deputados, governadores, prefeitos e vereadores não fazem senão servir de instrumentos da democracia burguesa para substituir um algoz por outro. Eis por que os partidos da burguesia acabam por dividir a maioria explorada valendo-se dos fracassos do governo de plantão que não consegue resolver a crise estrutural do capitalismo. Por mais assistencialista que seja, ou por mais abertamente antipopular que seja, descarregam os males do capitalismo sobre a maioria oprimida.

Nas eleições passadas, de outubro de 2022, abriu-se a discussão de que o que estava em questão era a orientação fascista do candidato Jair Bolsonaro e a democrática de Lula. Agora, a questão é a de defesa da soberania nacional ou traição ao Brasil. Está clara a intervenção de Trump em favor do candidato Flávio Bolsonaro. O ataque do presidente da Argentina, Javier Milei, a Lula ecoa a voz do chefe do imperialismo norte-americano. A recente crise diplomática do Brasil com os Estados Unidos expressa não só a guerra comercial praticada pelo governo Trump como também traz em suas entranhas o objetivo de colocar no poder do Estado o serviço bolsonarista. O aviso de Trump é de que os Estados Unidos são o senhor da América Latina.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que a classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida combatam terminantemente a ofensiva colonizadora dos Estados Unidos, rechacem qualquer influência de Trump nas eleições e condenem a subordinação do candidato bolsonarista aos interesses do imperialismo. Somente a classe operária organizada independentemente e em luta pode dirigir a maioria oprimida contra o cerco econômico dos Estados Unidos ao Brasil e suas ações militaristas na América Latina e em todo o mundo.

O PT e sua aliança eleitoral estão certos em denunciar a candidatura de Flávio como uma peça política manejada por Trump e atada aos governos de ultradireita da América Latina, com destaque para o governo Milei. Mas se assentam em uma grande fraude ao garantirem aos trabalhadores que a vitória de Lula desfechará um golpe de força nos objetivos econômicos, políticos e militares de Trump. Já está comprovada a impotência do governo Lula de responder à altura, na prática, ao tarifaço estadunidense contra o Brasil.

A guerra comercial dos Estados Unidos com a China continuará a se agravar em todo o mundo e, em particular, na América Latina. A burguesia brasileira passou a depender, em boa medida, do comércio com o país asiático. Eis por que Lula tem contado com o apoio de setores nacionais no sentido de não alinhar o Brasil por detrás dos Estados Unidos em sua confrontação com a China. Essa é a contradição que se expressa no plano da disputa eleitoral.

A campanha eleitoral do PT e aliados procura extrair o máximo de vantagem contando com o sentimento nacional da maioria dos brasileiros que está contra a prepotência de Trump. Uma boa parte dos seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro não acredita que a candidatura de Flávio abra as portas para o saque imperialista. Os

motivos ideológicos são ditados, principalmente, pela influência religiosa das igrejas evangélicas. É nesse terreno que a candidatura bolsonarista apresenta os Estados Unidos como amigos do Brasil.

O fato é que as eleições não decidirão sobre a soberania da semicolônia brasileira. A soberania do Brasil é parte da soberania da América Latina diante do domínio imperialista dos Estados Unidos. É necessário assinalar que a invasão militar da Venezuela, o sequestro de seu presidente, o controle de seu Estado e a posse das riquezas petrolíferas foram assistidos pelos países latino-americanos de forma passiva, quando não com apoio. Cuba está sendo dilacerada economicamente pelo cerco norte-americano. O governo Lula não foi capaz de esboçar qualquer defesa da Venezuela e de Cuba porque está submetido à burguesia brasileira que historicamente foi e continua sendo serviço dos Estados Unidos. Os bolsonaristas e aliados partidários da direita fizeram parte das forças reacionárias latino-americanas que apoiaram a ação militar de Trump.

O POR considera muito importante a questão da soberania da nação semicolonial e oprimida. De tão importante que é se reflete na disputa eleitoral de maneira deformada pelos pontos de vista da classe burguesa. A grande dificuldade de clarear o antagonismo entre o imperialismo e a nação oprimida está em que à classe operária lhe falta o partido revolucionário. A única força social capaz de levantar o programa da independência nacional é a do proletariado. A independência e soberania nacionais serão alcançados por meio da revolução social, que levará a classe operária e a maioria oprimida ao poder do Estado.

O programa do POR tem como objetivo histórico desmontar o poder da burguesia e constituir um governo operário e camponês que expressará a ditadura do proletariado sobre a burguesia e contraposta ao domínio imperialista. Nessa luta pelo poder, é obrigatório revelar o conteúdo burguês das eleições e trabalhar pela organização independente dos explorados. Está posta objetivamente a luta anti-imperialista contra a ofensiva dos Estados Unidos, que pisoteiam a soberania nacional na América Latina.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de defender e lutar pela constituição da frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária. É com essa diretriz que o POR se posiciona em meio às eleições e chama os trabalhadores a assumirem seu programa próprio, a ser defendido com os métodos da luta de classes.

R\$5

A política da esquerda nacional-reformista se mostra incapaz de combater os partidos das oligarquias nos municípios

—

Balanços regionais das eleições municipais publicados no Jornal MASSAS

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  **MASSAS**

R\$5

A luta pela independência de classe do proletariado

Tática e Estratégia do Partido Operário Revolucionário (POR) nas eleições presidenciais de 2022

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  **MASSAS**

Ceará

Partidos oficializam candidaturas e impulsionam o circo eleitoral

Entre o fim de julho e início de agosto, as principais coligações burguesas no estado definiram formalmente suas chapas para as eleições de 2026. As legendas burguesas sem peso no Estado, assim como os pequenos partidos que se reivindicam do socialismo, apresentaram igualmente seus candidatos. Curiosamente, as grandes coligações, tanto a governista quanto a oposicionista, se viram envolvidas em importantes conflitos no momento de acomodar aliados e definir as chapas.

A fração burguesa que comanda o Palácio da Abolição, composta por um grande número de legendas (PT, PSB, MDB, PSD, PV, PC do B, Republicanos, PRD, Solidariedade e setores do União Brasil, PP e PSOL), oficializou sua chapa à custa de uma crise que beirou à cisão. As rugas na coligação expuseram as disputas pelo aparato entre Cid Gomes (PSB) e Camilo Santana (PT). Cid tem se incomodado com a concentração de poderes, cada vez maiores, nas mãos de Camilo e seu grupo. Reservadamente, criticou o aliciamento sem pudores do PT sobre prefeitos e pequenos oligarcas locais, utilizando-se dos fartos recursos do Estado. Camilo, segundo queixas de Cid vazadas à imprensa, estaria operando uma redução de sua influência no governo do Estado. A resposta de Cid foi articular novas alianças e manter-se à margem da campanha de Elmano e Lula no Ceará.

Camilo viu com preocupação a manobra de Cid, que poderia ajudar no desempenho tanto do irmão, Ciro, como no de Flávio, num momento em que a oposição tem chances reais de vitória. Eis por que Camilo ameaçou escanteiar Elmano de Freitas e lançar seu próprio nome a governador, caso Cid insistisse na indicação do Dep. Federal Júnior Mano ao Senado. O novo aliado de Cid, que migrou do PL para o PSB e tem força no sertão central, se viu enfraquecido com a acusação de desvio de R\$ 800 milhões em emendas parlamentares. No acordo fechado, Cid aceitou a indicação de seu nome na chapa com a condição de Júnior Mano ocupar a 1ª suplência. Assim foi feito.

O futuro dirá se o desgaste na relação produzirá ou não rupturas. Por hora, a oficialização de Cid como candidato ao Senado o obriga formalmente a apoiar Elmano e Lula. O conflito seguinte estourou por ocasião da segunda vaga ao Senado. Camilo Santana vetou o nome do líder do governo na Câmara, Dep. José Guimarães (PT), e ofereceu a vaga aos aliados PSD, PDT e MDB. Setores do PT, PSOL e REDE pleitearam a vaga para Luizianne Lins (REDE) em lugar de Eunício Oliveira (MDB) e Chagas Vieira (PDT), alegando a evidente força eleitoral da ex-prefeita, o que não foi do agrado de Camilo. Luizianne não tem boas relações com o Ministro de Lula e rompeu com o PT criticando, precisamente, o controle férreo deste último sobre o partido. Contrariado, Camilo acabou aceitando o nome de Luizianne, que teve o apoio de Guimarães, e muito provavelmente de Cid, interessado em enfraquecer o aliado.

A chapa de oposição, capitaneada por Ciro, enfrentou bem menos problemas. O conflito entre Flávio e Michelle Bolsonaro no plano nacional continuou a respingar no cenário estadual. Mas foi amenizado pelas lideranças bolsonaristas locais, sobretudo, André Fernandes (PL), empenhados em construir uma ampla aliança com Ciro e Tasso. De sua parte, o ex-governador se conteve, e evitou as costumeiras diatribes contra o clã Bolsonaro, mesmo diante da surpreendente ofensiva da Casa Branca, apoiada por Flávio, contra o país (taxações, tentativas de interferências nas eleições, ataques de Milei etc.). Por outro lado, o presidente da federação União-Progressista, Capitão Wagner, teve de fazer inúmeras concessões e acordos de liberação de voto para garantir o apoio formal

(e ainda assim parcial) dos dois partidos à chapa da oposição. Apesar de todo o malabarismo, ambos os diretórios, comandados respectivamente pelos deputados Antônio José Albuquerque e Moses Rodrigues, se rebelaram contra o acordo. Como apoiadores declarados de Elmano, acionaram a justiça eleitoral, pedindo a anulação da convenção da federação (negada posteriormente pelo TRE) que aprovou o apoio à Ciro.

As candidaturas oficiais, portanto, ficaram assim definidas: a chapa do governo terá Elmano de Freitas, candidato à reeleição com vice do PSD (Gabriella Aguiar) e candidatos ao Senado, Cid Gomes e Luizianne Lins. A chapa da oposição, por sua vez, terá Ciro Gomes candidato a governador, com vice da União Brasil (Roberto Cláudio) e candidatos ao Senado, Capitão Wagner e Alcides Fernandes (PL). Os partidos Novo, Missão e Democrata oficializaram, respectivamente, os nomes de Vera Lúcia, Delegado Hugbo e Danilo Soares ao governo do estado

A vergonhosa capitulação do PSOL

Em dezembro de 2025, o PSOL lançou a pré-candidatura de Jarir Pereira ao governo do estado. Anunciou o objetivo de construir uma alternativa independente para o Palácio da Abolição. Chamou os trabalhadores e a juventude a construir um programa 'ecossocialista' que o diferenciase. Apenas os desavisados poderiam acreditar na demagogia oposicionista do PSOL. Em julho-agosto, quando vieram as negociações pesadas para definição das candidaturas, a Federação Rede-PSOL mandou às favas a suposta independência e correu para os braços do governo pedindo sua integração. O partido confessou, assim, que havia lançado candidaturas próprias ao executivo e ao senado apenas para negociar em melhores condições com Camilo e Elmano. Contudo, ao mesmo tempo em que propunha o nome de Luizianne para a segunda vaga ao senado na chapa do governo, aprovou a retiradas das candidaturas de Jarir Pereira e Ana Karina sem sequer saber se os governistas aceitariam a oferta. Justificou que tal decisão era um gesto de boa vontade para com as negociações. A incorporação de Luizianne à chapa de Elmano foi festejada pelos reformistas como uma 'grande vitória da unidade no "campo democrático e popular", para derrotar o bolsonarismo'.

Em 2022, o partido retirou sua candidatura ao governo para apoiar Elmano ainda no 1º turno. Mas, nesta ocasião, apenas a ala direita se integrou à chapa governista, sob uma chuva de críticas internas. Desta vez, porém, é todo o partido (através da federação e especialmente de Luizianne) que se integra à aliança governista. Todas as críticas ao governador Elmano nos últimos anos, por suas ações de degradação do meio ambiente, violência policial sobre as massas e apoio ao agronegócio, não passaram de teatralização. Em nome da sobrevivência eleitoral (a draconiana cláusula de barreira obriga os partidos a alcançarem 2,5% das votações nacionais este ano) o PSOL provou que também sabe jogar o jogo do vale tudo. A capitulação sinaliza, indiscutivelmente, um avanço em sua decomposição.

A luta pela independência de classe

O POR tem acompanhado atentamente as movimentações, crises e reagrupamentos das frações burguesas que lutam pelo comando da máquina estatal apenas para melhor servir à bur-

guesia. Denuncia o apodrecimento e oligarquização do PT, bem como de seu satélite, o PSOL. A democracia oligárquica não apresenta qualquer via para emancipar os explorados. Chamamos o proletariado e a juventude pobre a rejeitar o circo eleitoral e as candidaturas burguesas. O POR luta contra as ilusões eleitorais e

para que os oprimidos se libertem da influência dos partidos burgueses. Convoca os trabalhadores a lutar por suas reivindicações com os métodos da ação direta e um programa próprio que aponte a perspectiva de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Nota do Partido Operário Revolucionário (POR)

Ataque da Polícia Federal ao Partido da Causa Operária (PCO)

É necessário que todas as correntes que se reivindicam da liberdade de organização e expressão condenem a invasão da casa do dirigente Rui Costa Pimenta

É necessário que todas as correntes que se reivindicam da liberdade de organização e expressão condenem a invasão da casa do dirigente Rui Costa Pimenta.

Em nota, o PCO denunciou a operação de “busca e apreensão” na casa de Rui Costa Pimenta, no dia 11 de agosto, pela Polícia Federal. Diz: “A medida é ilegal, antidemocrática, uma óbvia perseguição política e eleitoral e uma tática de intimidação. Homens armados da Polícia Federal apresentaram um descabido mandado, às 6 horas da manhã, e adentraram à casa de Rui, bem como invadiram um escritório, em outro endereço, que estava vazio, arrombando portas

e portão de sua casa”. A nota conclui com um chamado: “A todos os cidadãos livre-pensantes, a todos os partidos, organizações e pessoas que defendem os direitos democráticos e individuais, fazemos um chamado: repudiem em alto e bom som o que está sendo feito”.

O Partido Operário Revolucionário (POR) considera a invasão da casa do presidente nacional do PCO um ato arbitrário e autoritário, que ocorre sob a democracia oligárquica e em decomposição imminente no país.

A denominada “Operação Causa Própria” carrega o conteúdo político de afronta ao nome Causa Operária. O motivo alegado pela ordem da Justiça Eleitoral, para autorizar a invasão domiciliar do dirigente do PCO e candidato à presidência da República, é de que o partido teria desviado verbas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. O fato é que a Polícia Federal não encontrou nada na casa de Rui e no escritório invadidos que servisse de comprovação ao objetivo penal da Justiça Eleitoral. Sem nada encontrar, os agentes apreenderam um celular e o passaporte de Rui, segundo a nota de PCO.

Essa corrente de esquerda não pesa absolutamente nada nas eleições. O valor recebido do Fundo Eleitoral foi de R\$ 3,31 milhões. O mesmo valor atribuído às demais correntes de esquerda que não integram a ordem partidária que comanda o Estado, como nos casos de PSTU, PCB e UP.

Os dois maiores partidos que estão à frente na disputa presidencial receberam R\$ 881,66 milhões (PL) e R\$ 615,37 milhões (PT). O total do Fundo eleitoral alcançou a gigantesca soma de R\$ 4,9 bilhões. Desse valor, o PL, PT, União Brasil, PSD e PP se apossaram

de 57,7% do Fundo Eleitoral, ou seja, R\$ 2,86 bilhões. O PL ficou 17,8% e o PT, 12,4%. É nesse universo de bilhões despendidos pelo Tesouro Nacional que ocorre todo tipo de falcaturas, desvios e lavagem de dinheiro.

O POR sempre condenou essa estrutura financeira justamente porque serve tão somente à manutenção dos partidos oligárquicos, que têm a função histórica de proteger a propriedade privada dos meios de produção – e principalmente os grandes capitalistas. Não por acaso, mais uma vez as eleições presidenciais são marcadas a fogo pela revelação de toda sorte de corrupção.

O que fez a Justiça Eleitoral e a Polícia Federal ao atacar PCO, com os métodos policiarescos da democracia oligárquica, foi acobertar as verdadeiras quadrilhas partidárias, que se valem dos recursos públicos para manter a máscara da democracia e garantir a continuidade da ditadura de classe da burguesia.

Somente um Tribunal Popular, nascido das lutas dos trabalhadores, pode investigar a apropriação partidária do dinheiro público, demonstrar quem são os verdadeiros ladrões e puni-los com os meios da luta de classes.

Pelo fim imediato da perseguição política ao PCO!

Pela condenação da invasão da casa do presidente nacional do PCO!

Pelo fim de todos os processos que correspondam à perseguição política!

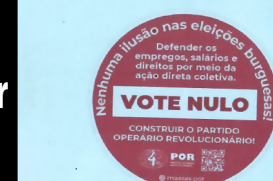
12 de agosto de 2026

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A política de independência de classe diante das eleições municipais

Coletânea de artigos sobre a intervenção do POR nas eleições burguesas (2024)



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

20 anos da Lei Maria da Penha. O que mudou na vida das mulheres?

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, completou 20 anos no dia 7 de agosto. É o principal marco legal de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. Sua criação se deu após a condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em resposta às denúncias da farmacêutica cearense Maria da Penha pela omissão estatal diante das violentas agressões sofridas por ela desde 1983, praticadas por seu então marido. Mesmo após duas tentativas de assassinato que a deixaram paraplégica, o agressor permaneceu em liberdade por mais de 15 anos. Com o envolvimento de ONGs feministas, o projeto de lei foi elaborado, debatido e aprovado pelo Congresso Nacional. A lei criou os juizados de violência doméstica, proibiu as penas meramente pecuniárias, instituiu a prisão preventiva para agressores e criou as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs).

Nestes 20 anos, outras leis foram criadas, dentre as quais se destaca a Lei nº 13.104/2015, que alterou o Código Penal ao qualificar como feminicídio o homicídio cometido contra a mulher, seja em contexto de violência doméstica ou por discriminação e menosprezo. Em 2018, o descumprimento de MPU passou a ser considerado crime, assim como a importunação sexual e a divulgação não consentida de cenas de nudez ou sexo. Em 2021, a perseguição física ou virtual (stalking) foi criminalizada e, em 2023, foi aprovada a lei que determina a concessão imediata de Medidas Protetivas de Urgência com base na declaração da vítima. A elas, somaram-se a Lei nº 15.123/2025, que amplia a punição para casos de violência psicológica praticada com o uso de tecnologia, e a Lei nº 15.125/2025, que autoriza o monitoramento de agressores por meio de tornozeleiras eletrônicas para assegurar o cumprimento das MPUs.

Todo esse aparato legal expõe o grau de violência ao qual as mulheres estão expostas e torna a violência doméstica – antes restrita à esfera privada – uma questão que deve ser alvo de políticas estatais. Ainda assim, os crimes continuam a ocorrer em uma sucessão de casos que chocam pelo grau de brutalidade: mulheres são esmurradas, mutiladas, jogadas de penhascos, esfaqueadas, arrastadas por automóveis, ameaçadas e assediadas, e os estupros seguem ocorrendo, sobretudo contra crianças.

O avanço da direitização da política burguesa abriu espaço para todo tipo de obscurantismo e tem derivado em uma ampliação dos discursos de ódio e de subjugação das mulheres, alastrando-se pelas redes sociais na chamada “machosfera”. Em resposta, há projetos de lei para criminalizar a misoginia, reforçando a fraca linha de enfrentamento por meio da criminalização. O 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, recomenda que se vá além da justiça criminal, investindo em “educação, transformação de normas sociais e fortalecimento das políticas de proteção às mulheres”.

Espera-se, portanto, enfrentar a opressão sobre as mulheres e sua odiosa manifestação em forma de violência com mais medidas de coerção e educação. Sem apontar as raízes materiais da opressão feminina, encontradas na propriedade privada sobre a qual se ergue a família monogâmica como unidade econômica e na subjugação do sexo feminino, tais medidas, ainda que possam salvar a vida de algumas mulheres, são incapazes de impedir que outras continuem a ser atingidas. A decomposição do capitalismo, com sua crise estrutural, também agrava a condição dos oprimidos.

O que mudou em 20 anos?

É difícil comparar os dados de 2006 e 2026, na medida em que as mudanças legais introduziram novas categorias. Em 2006, as

agressões a mulheres eram diluídas nos dados de vias de fato e lesões corporais leves. O aumento do número de casos registrados expressa a redução da subnotificação, mas também a incapacidade das medidas de criminalização de estancarem esta chaga social.

Em 2005, 3.884 mulheres foram assassinadas; em 2025, o número caiu para 3.539, uma redução de 9%. No mesmo período, o número total de mortes violentas caiu 15%, passando de 48.136 para 40.775. A criação da Lei do Feminicídio fez com que as estatísticas passassem a distinguir, entre as mortes violentas de mulheres, aquelas que foram motivadas pela condição feminina da vítima.

Desde a tipificação da Lei do Feminicídio, em março de 2015, ao menos 13.703 mulheres foram assassinadas. A tendência geral é de crescimento, passando de 449 casos em 2015 para 1.568 em 2025 (uma média de 4 feminicídios por dia). O Judiciário concede anualmente mais de 555 mil Medidas Protetivas de Urgência, ferramenta criada pela Lei Maria da Penha. No entanto, o descumprimento das MPUs é frequente: a cada 9 vítimas de feminicídio, uma estava sob medida protetiva. Ou seja, 148 mulheres foram assassinadas mesmo após pedirem proteção especial ao Estado.

O perfil dos agressores permanece constante, com cerca de 80% sendo parceiros ou ex-parceiros, e a residência continua sendo o principal local onde os crimes ocorrem. Ao longo dos anos, passou-se a registrar o perfil racial das vítimas, identificando que os feminicídios de mulheres brancas têm recuado, enquanto o de mulheres negras aumenta, chegando a 65% das vítimas.

A violência contra a mulher tem raízes comuns com a violência geral

O Brasil ocupa a sétima posição no índice de países mais violentos, conforme a ONG Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), estando à frente de países que vivem guerras civis, como o Sudão (que ocupa o nono lugar). Sua história é marcada pelo genocídio dos povos indígenas, pelas relações brutais de escravidão, por massacres e chacinas. Os dados da violência contra

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A mulher no processo revolucionário



Textos dos clássicos do marxismo e do POR boliviano sobre a questão da mulher

2ª edição



POR

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO



MASSAS

PERIÓDICO DE POLÍTICA E CULTURA REVOLUCIONÁRIA

a mulher estão conectados com essas raízes comuns (de classe) de toda a opressão e exploração.

Nota-se, porém, que, enquanto os dados de mortes violentas intencionais têm se reduzido (mesmo mantendo-se em um patamar muito elevado), os feminicídios, assim como as mortes provocadas por policiais, seguem crescendo. Em 2025, os registros indicam que 44,4% das mulheres assassinadas no Brasil foram mortas por serem mulheres – o maior percentual desde 2015. Há uma escalada na violência, e todos os indicadores dos degraus anteriores ao feminicídio estão crescendo: ameaças, violência psicológica, agressões e descumprimento de medidas protetivas. O número de casos de violência doméstica cresceu para 286.270. Ao mesmo tempo, 788.531 mulheres notificaram ter sofrido ameaças e 123.871 denunciaram perseguições e violência psicológica. Foram registrados 132.025 casos de descumprimento de medida protetiva.

O quadro de feminicídios e violência doméstica é um dos sintomas da decomposição geral da sociedade capitalista. Conecta-se com outras modalidades de violência, como os estupros, que atingiram a cifra alarmante de 84.388 casos comunicados à polícia em 2025 – dos quais 64.990 foram contra crianças e vulneráveis. Os números reais são muito superiores considerando as barreiras à denúncia. A residência é o local onde ocorrem 57,6% dos estupros registrados e 64,9% dos casos de estupro de vulnerável. A imensa maioria dos violadores é composta por familiares ou conhecidos.

As cidades com mais casos de violência sexual estão em territórios marcados pela expansão da fronteira agrícola, pelo garimpo e por grandes eixos rodoviários, portuários e hidroviários, onde a violência sexual é um dos elementos da opressão sobre os povos indígenas.

Responder à violência contra a mulher com o programa proletário

Aos 20 anos da Lei Maria da Penha, é preciso fazer um balanço rigoroso e apontar que nenhuma mazela social poderá ser extinta apenas por meio da criminalização. As vítimas têm todo o direito de exigir proteção do Estado, porém não podemos alimentar ilusões de que o Estado burguês seja capaz de proteger a vida das mulheres. Na realidade, o Estado burguês, por ser o órgão que expressa a dominação de classe e preserva a propriedade privada, é o responsável por toda a violência e opressão.

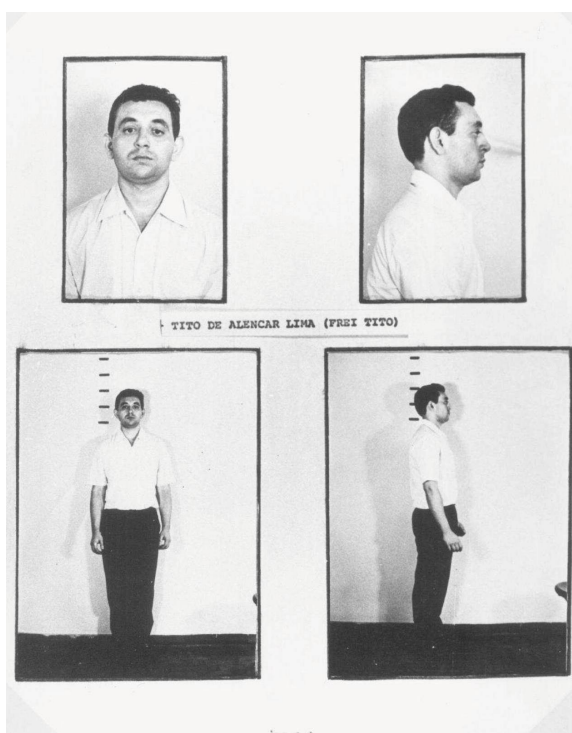
É preciso recuperar a tática revolucionária de desenvolver um trabalho político no seio das mulheres exploradas e erguer a luta unitária de homens e mulheres pelo fim de toda opressão e exploração, sepultando o capitalismo por meio da revolução proletária. Somente assim poderemos extirpar as raízes do patriarcado, que surgiu junto com a divisão da sociedade em classes, a propriedade privada e o Estado. É parte das tarefas da ditadura do proletariado acabar com a escravidão no lar, coletivizando as tarefas reprodutivas com lavanderias, creches e restaurantes populares; incorporar as mulheres na produção social, acabando com as relações de dependência econômica em relação aos homens; e garantir o fim da interferência do Estado e da religião nas relações íntimas entre as pessoas, estabelecidas livremente. Certamente, sobre novas bases, serão erguidas novas formas de relacionamentos afetivos e sexuais, livres de relações de subordinação e violência.

52 anos da morte Frei Tito

Fazer justiça é combater as tendências ditatoriais da burguesia no presente

Em 10 de agosto de 1974, Frei Tito de Alencar Lima foi encontrado morto em uma área próxima ao convento dominicano de Sainte-Marie de La Tourette, na França. Tinha apenas 28 anos. Havia sido preso e brutalmente torturado pela repressão brasileira, banido do país e levado ao exílio. As sequelas físicas e, sobretudo, psicológicas da tortura o acompanharam durante os anos seguintes, até sua morte. Em maio deste ano, mais de cinco décadas depois, sua família recebeu a certidão de óbito retificada, no processo de reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado brasileiro pelas violações cometidas durante a ditadura. O reconhecimento institucional, no entanto, não encerra a questão: a verdadeira justiça pela morte de Tito e por todos os perseguidos, torturados e assassinados pela ditadura passa por julgar e punir a burguesia por seus crimes de classe.

Frei Tito nasceu em Fortaleza, em 14 de setembro de 1945, filho caçula de uma família de 11 irmãos. Desde jovem esteve ligado à militância estudantil: atuou na Juventude Estudantil Católica (JEC), foi vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secunda-



ristas (UBES) e, depois de ingressar na Ordem dos Dominicanos, estudou Filosofia na Universidade de São Paulo. Em 1968, foi preso em Ibiúna, junto com centenas de estudantes, durante a repressão ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes. A ditadura identificava no movimento estudantil uma importante frente de resistência política e procurava bloquear seu desenvolvimento com o uso da violência fascizante.

Tito seria preso novamente em 4 de novembro de 1969, junto a outros fra- des dominicanos. A repressão os acusava de manter relações com a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização dirigida por Carlos Marighella – de fato, os dominicanos de São Paulo mantiveram vínculos com a ALN e colaboravam com perseguidos políticos. A prisão de 1969 marcou definitivamente a vida de Tito. Ele foi submetido a torturas no DOPS e na Operação Bandeirantes, com choques elétricos, pau de arara, espancamentos e outras formas de violência. Posteriormente, foi banido do Brasil, em janeiro de 1971, junto com outros presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Passou pelo Chile e pela Itália antes

de chegar à França. Mesmo longe do Brasil, porém, não conseguiu se libertar das consequências da violência que havia sofrido.

O suicídio, ocorrido muitos anos depois da prisão, foi o resultado de uma cadeia de ações promovidas pelo aparelho repressivo do Estado: perseguição política, prisão, tortura, banimento e destruição das condições de existência de um militante que havia se colocado ao lado da resistência. A responsabilidade dos torturadores não desaparece porque a morte ocorreu longe das salas de tortura. O Estado que torturou Tito produziu as condições que o levaram à morte. A experiência de Tito demonstra porque não basta falar em “memória” e “reparação” sem enfrentar as raízes políticas e sociais da repressão. Como no caso do jornalista Vladimir Herzog, do operário Manoel Fiel Filho e de tantos outros, cabe

responsabilizar o Estado burguês, os militares e o imperialismo, que esteve por trás de todas as ditaduras no continente naquele período.

O encerramento formal da ditadura não eliminou o caráter de classe desse Estado nem as tendências autoritárias que se desenvolvem em seu interior. É por isso que a homenagem aos que tombaram deve se realizar erguendo o combate no presente, organizando a resistência das massas com o programa revolucionário do proletariado, contra as tendências ditatoriais e fascistas da burguesia. Daí a necessidade de erguer os Tribunais Populares, apoiados na mobilização dos explorados, para investigar, julgar e punir os responsáveis pelos crimes de classe cometidos contra aqueles que lutaram contra a ditadura.

Boletim Nossa Classe

Campanhas do POR

Partido 



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Julho/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



O Manifesto abaixo foi distribuído nas panfletagens convocadas pelas centrais, sindicatos e movimentos nos dias 10 e 11 de agosto.

Manifesto do Boletim Nossa Classe

Só um levante operário, popular e estudantil pode reduzir a jornada de trabalho e acabar com a escala 6x1

Contrapor-se às manobras governamentais entre Lula e Alcolumbre

Nenhuma confiança no Congresso Nacional e nos politiquinhos de plantão

Confiar apenas em nossas próprias forças!

Que as direções não submetam os sindicatos às disputas eleitorais!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, como parte da preparação da greve geral para impor a redução da jornada sem redução dos salários e avançar na defesa do programa de reivindicações dos explorados!

A luta pela redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1 é a forma pela qual se manifesta atualmente a guerra de vida ou morte do trabalho contra o capital. Quando se aprovam reformas como a trabalhista e a da previdência, é o capital que está vencendo o trabalho, são os ricos e poderosos, com ajuda dos governos, juízes e parlamentares, que estão ficando ainda mais ricos e poderosos. Quando os trabalhadores se organizam, lutam, fazem greves, param a produção e afetam o bolso dos capitalistas, é o trabalho que está derrotando o capital. Mas para o trabalho superar o capital é preciso que os trabalhadores, os explorados, lutem no seu próprio campo de batalha, com seus próprios métodos. As disputas parlamentares são o terreno do inimigo.

Passados quase três meses da aprovação da PEC 221/2019 na Câmara dos Deputados, o texto que extingue a escala 6x1 e reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, segue represado no Senado Federal. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, optou por não levá-lo direto ao plenário e o encami-

nhou às comissões, enquanto recebia, ainda em maio, representantes do patronato que pediam explicitamente que a votação só ocorresse depois das eleições de outubro. Paralelamente, a oposição burguesa bolsonarista articula uma PEC concorrente, de autoria do senador Rogério Marinho (PL-RN), que não acaba com a 6x1 nem reduz a jornada máxima: propõe apenas um regime de remuneração fracionada por hora, uma isca para dividir o movimento.

Os números do DIEESE explicam a urgência: 64% dos trabalhadores formais no país cumprem jornadas acima de 40 horas semanais, milhões cumprem jornadas de mais de 44 horas semanais, e 14,8 milhões de pessoas — um em cada três ocupados — estão hoje submetidos à própria escala 6x1, concentrados nos setores de transporte, hospedagem, alimentação, comércio e industrial.

As direções sindicais, por sua vez, não podem se limitar à panfletagem e às reuniões protocolares. A CUT, principal central sindical e que reúne um grande número de sindicatos, convocou uma “semana de mobilização” e fala em “uma série de panfletagens,

diálogos com a população e atos públicos em diferentes regiões do estado". Toda força à mobilização independente dos governantes e contraposta ao jogo eleitoral. O papel da maior central sindical deve ser o de organizar manifestações por todo o país. Para isso, deve chamar as assembleias nos sindicatos e organizar as greves e paralisações pela redução da jornada e fim da 6x1. O chamado da CUT ainda diz que essas mobilizações são para pressionar o Congresso Nacional. Ora, para pressionar de fato o Congresso e os patrões (que estão em campanha contra a proposta) é preciso atacar o poder econômico, mexer no bolso deles, e isso só se faz parando a produção.

É importante perceber que na disputa eleitoral existem aqueles que se colocam abertamente contra o fim da escala 6x1, como Renan Santos do partido Missão, antigo MBL, e Flávio Bolsonaro, e aqueles que fazem demagogia com a proposta, como Lula, o PT, o PSOL e outros, já que tiveram quatro anos de mandato para trabalhar pela redução da jornada e nada fizeram. Nossa luta é para implantar imediatamente a redução da jornada sem redução dos salários. Os trabalhadores devem erguer-se em defesa dos empregos e salários com suas próprias forças. É assim que conquistaremos a redução da jornada e acabaremos com a exaustiva escala de trabalho.

Essa luta não pode ficar isolada, são diversos problemas que massacram o trabalhador.

O movimento pelo fim da 6x1 deve estar ligado ao combate à terceirização, que cria empregos precários e constantes demissões, deve estar ligado ao combate às outras escalas exaustivas disfarça-

das de "flexibilização", como a 12x36, deve estar ligado à defesa de um salário mínimo vital que sustente de fato uma família trabalhadora, hoje calculado pelo DIEESE em R\$ 7.855,40. O dia 11 de agosto, Dia do Estudante, também deveria estar voltado para essa luta, afinal são principalmente os jovens que são massacrados nas jornadas de trabalho exaustivas. Essa luta também deve estar ligada à defesa dos trabalhadores oprimidos do mundo todo, como na Palestina, onde os pobres, mulheres e crianças são diariamente bombardeados pelo exército de Israel, apoiado pelos EUA. Se o capital e os capitalistas são unidos no mundo todo, os trabalhadores também devem ser.

Que as centrais sindicais, os sindicatos, os movimentos populares e estudantis saiam do terreno eleitoral e passem para a luta de fato. Que convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, organizando as assembleias para aprovar as paralisações e greves, que convoquem manifestações massivas nas grandes cidades do país. É preciso preparar as condições para uma greve geral. Esse é o caminho seguro para a vitória.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que tem como porta-voz o Boletim Nossa Classe, defende que a redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1 só poderão ser impostos aos capitalistas e aos governos através da ação coletiva, organizada e massiva dos trabalhadores.

Toda força à mobilização nacional voltada a organizar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas de rua!

Panfletagem contra a escala 6x1 em São Paulo

Na semana de 10 de agosto, ocorreram em São Paulo diversas panfletagens contra a escala 6x1, convocadas pelo VAT e centrais sindicais, como CUT e Força Sindical. O POR participou da panfletagem na estação de trem da cidade de Mauá e no bairro do Brás na capital. Contou com seu próprio manifesto para marcar sua diferenciação do oportunismo eleitoreiro das burocracias, que usaram a justa reivindicação para fazer um apelo popular em favor da candidatura de Lula, sobretudo.

No Brás, o partido fez a distribuição de seu manifesto no dia 11, agitando pela independência de classe e a necessidade de organizar uma luta com os métodos próprios da classe operária, combatendo a ilusão no parlamento burguês. No dia 10, em Mauá, realizou duas intervenções com caixa de som, cuja transcrição estão a seguir.

Primeira intervenção em Mauá

Saudações, camaradas! Falo em nome do Partido Operário Revolucionário, neste dia nacional de mobilização pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Fazemos também um chamado em defesa da unidade da classe operária e dos demais trabalhadores de todo o país. Porque a luta pelo fim da escala 6x1 deve estar associada a duas reivindicações essenciais: a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora, porque é impossível sobreviver com um salário mínimo miserável de R\$ 1.621.

É importante também unificar a luta pelo fim da escala 6x1 com a luta contra a privatização, contra a terceirização e pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, porque a privatização, como sabemos, significa terceirização e retirada de direitos.

Assim, fazemos um chamado para que todos os sindicatos e centrais convoquem o Dia Nacional de Luta, com manifestações, paralisação da produção e bloqueios de rua, como preparação da greve geral. Porque será por meio de uma greve geral que iremos colocar abaixo a escala 6x1, as privatizações e as contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização.

Não menos importante, é fundamental vincular a luta contra a escala 6x1 com o combate à ofensiva do imperialismo norte-americano na América Latina e, em particular ao Brasil por meio dos tarifas. Fazemos, assim, um chamado em favor da constituição dos comitês de frente única anti-imperialista, sobre a base da defesa do programa próprio de reivindicações da classe operária.

A classe operária tem seu método próprio de luta. O fim da escala 6x1, como vemos, foi aprovado na Câmara dos Deputados e foi engavetado no Senado pelo Alcolumbre. Por meio do Congresso Nacional, não conquistaremos nossas reivindicações. Reafirmamos que essa conquista depende da força coletiva dos trabalhadores e de seu próprio método de luta, que é a ação direta.

Segunda intervenção em Mauá

Sou do SinTUFABC, que é um sindicato filiado à CSP-Conlutas, e estamos somando aqui neste dia de mobilização pelo fim da escala 6x1 na cidade de Mauá.

Todo mundo já tem visto, há pelo menos três anos, a gente falando sobre a importância dessa luta pelo fim da escala 6x1, que é uma jornada massacrante na qual o trabalhador trabalha 6 dias na semana e folga apenas 1. Na verdade, esse 1 dia é um dia de trabalhar em casa. Os capitalistas tentam ao máximo sugar as energias e explorar os trabalhadores. E, para isso, é preciso organizar a luta coletiva pelo fim dessa exploração do trabalho.

Já há bastante tempo estamos nessa luta pelo fim da escala 6x1. E agora, o panfleto que está sendo distribuído está explicando que os parlamentares do Senado Federal estão travando essa pauta, que foi aprovada na Câmara dos Deputados, e tentando jogar para depois das eleições de outubro de 2026. E também, junto com essa discussão, os parlamentares pretendem aprovar uma reforma administrativa após as eleições de outubro, que vai destruir o serviço público e ampliar a privatização. Como se vê, estão esperando acabar o período de disputas eleitorais para descarregar os ataques sobre os trabalhadores.

Recentemente teve a greve dos ferroviários contra a privatização de várias linhas aqui da CPTM, que chegaram a pegar fogo já como uma consequência da privatização. Então, a gente precisa fazer essa luta pela redução da jornada sem redução salarial, e contra a privatização dos serviços públicos.

Para isso, essa luta deve ser de forma combinada e unitária, com os sindicatos, movimentos estudantis e populares. O fim da escala 6x1, por si só, não significa que vai reduzir a jornada. O patrão pode muito bem, vamos supor, fazer trabalhar de segunda a sexta-feira, mas aumentar a jornada nesses dias. Então, é necessário combinar a própria luta pelo fim da escala 6x1 com a luta pela redução da jornada sem redução salarial.

O avanço dessa luta depende da convocação de assembleias com direito a voz e voto para os trabalhadores de forma democrática, para aprovar o caminho da luta unitária nas ruas. Dizemos bem alto: essa luta contra a escala 6x1 e em defesa de nossas reivindicações depende de nossa organização unitária e de nossos métodos de luta.

São Paulo - ABC

Dia nacional de mobilização das centrais marcado pelo eleitoralismo

No dia 10 de agosto, a CUT e outras centrais e sindicatos realizaram uma panfletagem na estação de trem de Mauá em São Paulo, como parte do dia nacional de mobilização pelo fim da escala 6x1.

O ato teve um caráter puramente eleitoreiro. Os dirigentes sindicais que fizeram intervenções no carro de som falaram que a aprovação do projeto de lei na Câmara dos deputados havia sido uma vitória, quando sabemos que isso é uma grande mentira. Na verdade, a Câmara de Deputados deformou o projeto original do fim da escala 6x1 e o governo burguês de Lula se submeteu aos interesses e às negociações ditadas pelos empresários e seus partidos no Congresso Nacional.

A burocracia sindical para defender o governo Lula e alimentar ilusões nas eleições e no parlamento burguês diziam que agora era só fazer pressão enviando e-mails aos senadores que o projeto seria aprovado.

O panfleto distribuído no ato pela burocracia trazia a consigna "agora a luta é no senado e a # vota Senado", iludindo as massas e mostrando o caráter eleitoreiro do dia nacional de mobilização.

Alguns trabalhadores que entravam na estação criticavam a burocracia dizendo "tem de lutar para reduzir o preço das passagens" outros diziam "eu não trabalho na escala 6x1". As reclamações dos trabalhadores mostram o acerto da linha do POR, que em seu manifesto, distribuído no ato, defende a necessidade de ligar a luta pelo fim da escala 6x1 com a luta por um salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora; a luta pela escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução salarial; a luta contra a privatização e as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização.

O POR em seu manifesto e intervenções combate o eleitoralismo e chama as massas a não terem nenhuma ilusão no parlamento, nem nas eleições burguesas. A construir nosso próprio partido, que tem como estratégia a revolução e ditadura do proletariado. Faz um chamado para que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção, manifestações de rua e bloqueios, como preparação da greve geral, para defender o programa próprio de reivindicações da classe operária e demais explorados.

São Paulo- ABC

Os trabalhadores dão o recado: os sindicatos devem servir à luta, não às campanhas eleitoreiras

A luta pelo fim da desumana escala de trabalho 6x1 e pela redução da jornada semanal sem redução salarial é, hoje, uma das reivindicações mais urgentes dos trabalhadores. A rotina de esgotamento físico e mental a que milhões estão submetidos deve acabar.

Como parte do "calendário de mobilização" organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais entidades sindicais em algumas cidades da Região Metropolitana de São Paulo, aconteceu uma atividade de panfletagem e agitação em frente à estação de trem de Mauá, no dia 10 de agosto e no Brás, dia 11. Na ocasião, a recepção da base à panfletagem e agitação realizada pelas centrais revelou uma dura verdade: vários trabalhadores, a caminho de mais um dia de exploração, recusaram-se a pegar os materiais, denunciando em alto e bom som que os sindicatos "só aparecem em ano eleitoral".

O ceticismo e a repulsa desses trabalhadores não são frutos da apatia, mas de uma profunda e correta desconfiança política. Refletem o cansaço de quem sofre ataques brutais aos seus direitos todos os dias, enquanto assiste à omissão covarde das direções sindicais na maior parte do tempo.

Em tese, falta pouco para que o fim da escala 6x1 seja aprovado, mas o projeto encontra-se paralisado no Senado Federal, sequestrado pelo Presidente da Casa, um fiel representante dos interesses da burguesia e dos patrões. Diante desse bloqueio, qual é a resposta da burocracia sindical imobilista? Limitam-se a pedir que a base "envie e-mails" aos senadores e a pregar o velho e falido discurso do "vote certo e de forma consciente" nas próximas eleições.

Ocorre que essa tática é uma armadilha. A burocracia atua para subordinar a fúria dos explorados aos limites inofensivos da democracia burguesa, transformando os sindicatos em meros puxa-

dinhos de campanhas eleitorais. Enviar e-mails para inimigos de classe não conquista direitos; o que conquista direitos é a força dos explorados e oprimidos em movimento.

A unidade das fileiras operárias é fundamental para derrotar os patrões. No entanto, essa unidade não pode servir para passeatas cívicas, atos simbólicos em portas de estação e ilusões parlamentares. É preciso exigir que a CUT e as demais centrais rompam com o imobilismo e com a política de conciliação de classes!

Se as centrais realmente querem o fim da escala 6x1, devem convocar assembleias de base em cada fábrica, em cada galpão, em cada local de trabalho. Devem organizar um plano de lutas real, que culmine em uma greve geral capaz de paralisar a produção e os lucros dos capitalistas. O Senado não nos dará nada de bom grado; os capitalistas e seus representantes políticos só cederão quando sentirem o peso das máquinas paradas e das ruas tomadas.

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é uma medida transitória essencial. Como nos ensina o Programa de Transição, o trabalho disponível deve ser dividido entre todas as mãos disponíveis, garantindo o fim do desemprego e o aumento do salário em escala móvel, acompanhando o custo de vida. Se os patrões alegam que "não podem pagar" ou que "vão quebrar", que abram seus livros de contas! Os trabalhadores não aceitarão pagar com sua saúde e seu tempo de vida pela crise de um sistema capitalista apodrecido.

E que fique claro: se hoje somos submetidos à barbárie da escala 6x1, e se uma parcela cada vez maior de nossa classe sequer tem o direito a um dia de descanso (sobrevivendo na informalidade e na uberização), isso é consequência direta do imperialismo. Vivemos uma conjuntura internacional de profunda crise histórica, acirramento das tensões bélicas e disputa brutal por mercados. Para manter as suas taxas de lucro diante dessa crise, o capital financeiro e os grandes monopólios internacionais exigem que os países semicolônias, como o Brasil, sangrem ainda mais os seus explorados.

A superexploração, o nosso suor diário sem descanso e os nossos salários de fome são o mecanismo estrutural pelo qual a burguesia nacional, submissa e capacho, garante as remessas de lucro para as potências imperialistas e o pagamento da fraudulenta dívida pública. Portanto, conseguir o fim da escala 6x1 não é apenas uma disputa contra o patrão da esquina; é um enfrentamento direto contra a espoliação imperialista, que condena os trabalhadores à miséria absoluta para sustentar a sobrevida e a decadência do capitalismo mundial. A luta por tempo de vida é, em sua essência, uma luta anti-imperialista!

Nenhuma confiança nos políticos burgueses e no Senado! Que as Centrais Sindicais rompam com a política de conciliação de classes e com o jogo eleitoral! Pela organização de comitês de base e pela construção da greve geral! Abaixo o imperialismo e a superexploração! Pela redução da jornada sem redução de salários já!

São Paulo – ABC | Nota do Boletim Nossa Classe

Empresas contratistas e as terceirizadas são as únicas que lucram com a terceirização e a superexploração da classe operária

Lutemos pela efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados!

A terceirização tem avançado em todos os setores da indústria. Os operários que trabalham na Mercedes, Volks, GM, PepsiCo, Bridgestone, Pirelli e demais empresas de todo o país percebem o avanço da terceirização. Para conseguir terceirizar setores inteiros da produção, a patronal tem contado com a ajuda das direções sindicais dos metalúrgicos do ABC, de São Caetano, São Paulo, São José dos Campos e outras burocracias sindicais traidoras.

Na Volks, por exemplo, em 2002 havia mais de 20 mil trabalhadores efetivos. Com os acordos negociados pela direção sindical de terceirização e a demissão, atualmente, existem apenas 6 mil trabalhadores efetivos.

Na Mercedes, aconteceu o mesmo. Em novembro de 2022, a direção sindical defendeu e aprovou um acordo que permitiu a multinacional terceirizar setores como a logística, manutenção e engenharia. Com a terceirização, a redução de custos da Mercedes e demais empresas é gigante. Isso porque as empresas demitem os trabalhadores efetivos, que ganhavam mais e deixa de pagar os direitos garantidos na convenção coletiva. Os trabalhadores terceirizados, por sua vez, recebem menos da metade do salário pago aos

efetivos e sem os direitos garantidos pela convenção. As empresas terceirizadas enchem o bolso de dinheiro pagando um salário miserável aos trabalhadores, retirando e reduzindo direitos.

Por que a direção do sindicato não organiza a luta contra a terceirização?

A direções sindicais pelegas como vimos passaram a defender e aprovar os acordos de terceirização e demissão, que condenam os operários ao desemprego e a miséria, deixando claro que já se venderam aos patrões e abandonaram a defesa das reivindicações da classe operária. Os operários devem acordar e se rebelar contra essas direções sindicais patronais.

O Boletim Nossa Classe alerta e faz um chamado aos operários que ainda são efetivos a não acharem que o problema não é com ele, porque se não nos organizarmos para combater a terceirização, os efetivos de hoje serão os terceirizados de amanhã. Com a terceirização os patrões dividem a classe operária para impedir a luta e manter a exploração. Devemos unificar a luta dos trabalhadores efetivos, terceirizados e contratados. É urgente a tarefa de construir as comissões de fábrica de luta, classista e revolucionárias em todas as fábricas, para expulsar a direção sindical vendida e lutar pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e pelo fim da terceirização. Lutar por um salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora. Exigir que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, como preparação da greve geral, para colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



São Paulo – Litoral Norte

Relato da distribuição do Boletim Nossa Classe na GM

Dando continuidade ao trabalho operário iniciado há aproximadamente dois anos na fábrica da GM, em São José dos Campos-SP, a Corrente Proletária do Litoral Norte (POR) realizou, no último dia 29/07, a distribuição do Boletim Nossa Classe, na entrada e saída dos turnos dos operários. Durante a ação política, a militância ergue as bandeiras do partido e, também, os pirulitos com as campanhas, a exemplo da luta contra a escala 6 X 1, tema principal do Boletim Nossa Classe desse mês.

Durante a distribuição, os militantes procuram conversar com os operários, que chegam de carro, moto, ônibus, bike e a pé, sobre a burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC, bem como a de SJC, que têm feito acordos que favorecem os interesses das multinacionais. Nessa ocasião, denunciou que a Petrobras teve lucro de mais de R\$32,7 bilhões no primeiro trimestre de 2026, com a superexploração dos trabalhadores terceirizados. O Boletim também trouxe a formação política, sobre o que é o Estado.

No início, nossa presença era vista com desconfiança, com alguns comentários confundindo o Nossa Classe como sendo do Sindicato. Porém, com a distribuição mensal e regular, percebemos que a receptividade tem sido cada vez maior e a desconfiança inicial substituída por uma certa simpatia. Na última distribuição, por exemplo, um operário parou o carro e falou com o militante do POR, informando que o Sindicato havia feito “uma primeira assembleia para dar início à campanha salarial”. Outro dia, um operário denunciou que “a direção só estava usando o sindicato

como trampolim eleitoral”, mostrando que os operários sabem muito bem qual é a política da burocracia sindical. Apesar de conversas breves, é possível verificar que tem crescido a simpatia pela Boletim Nossa Classe.

A política do POR de penetrar as ideias classistas e revolucionárias junto à classe operária tem avançado nos últimos anos. Faz parte desse trabalho, também, a luta contra a burocratização dos sindicatos e a necessidade de constituir as comissões de fábricas independentes dos patrões e das ideias da classe dominante.



Nota do Boletim Nossa Classe

As migalhas da Toyota e a capitulação vergonhosa da burocracia sindical do ABC

É com profunda indignação classista, mas sem nenhuma surpresa, que os trabalhadores assistem à verdadeira palhaçada protagonizada pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC/CUT) na Santa Casa de São Bernardo do Campo. Sob o cínico pretexto de comemorar um “legado” e uma “contrapartida social”, a burocracia sindical corta faixas e sorri para as fotos ao lado dos executivos da Toyota - a mesma multinacional que fechou sua fábrica histórica na cidade, jogando centenas de famílias operárias no olho da rua em nome da maximização de seus lucros.

O discurso do atual presidente do Sindicato, exaltando a “importância do diálogo” e a “construção de soluções” em conjunto com os patrões, é a essência do peleguismo e da conciliação de classes. Que vitória há em entregar postos de trabalho e destruir a subsistência de toda uma cadeia produtiva em troca da reforma de uma ala hospitalar?

A doação de equipamentos para a Santa Casa, cuja infraestrutura deveria ser integralmente financiada pelo Estado e gerida sob controle dos trabalhadores, sem depender de esmolas da burguesia, não passa de uma barata operação de relações públicas. O imperialismo japonês sugou o suor e o sangue dos metalúrgicos do ABC por seis décadas, remeteu bilhões em lucros para sua matriz e, ao decidir que a planta já não servia aos seus interesses, fechou as portas. Agora, joga migalhas filantrópicas para limpar as próprias mãos, contando com a direção do sindicato para atuar como sua agência de marketing.

Para o sindicalismo revolucionário, a tarefa de uma direção sindical diante da ameaça de fechamento de uma fábrica não é sentar na mesa com os patrões para negociar os termos da rendição (como os famigerados Planos de Demissão Voluntária) ou implorar por “compensações sociais”. A resposta deveria ter sido a mobilização radical da base: greve, ocupação da fábrica e a exigência de estatização sem indenização, sob controle operário!

No entanto, a burocracia sindical, atrelada ao projeto de frente ampla e à paz social, mais uma vez atuou para anestesiá-los operários, garantindo que a Toyota pudesse desativar sua planta sem enfrentar a fúria e a organização da classe que tudo produz.

Comemorar a abertura de um centro médico como “fruto de acordo com a Toyota” após o extermínio de centenas de empregos é cuspir na história de luta dos metalúrgicos do ABC. É a prova definitiva de que essa direção há muito tempo abandonou a independência de classe para atuar como mera gerente da miséria e despachante do capital.

A saúde pública e o direito ao emprego não virão da caridade das multinacionais, mas da luta direta e intransigente dos trabalhadores contra o sistema capitalista. É urgente varrer dos sindicatos essa burocracia conciliadora, construir uma oposição sindical verdadeiramente classista e forjar um partido revolucionário, que não se ajoelhe diante da burguesia. Pela total independência de classe! Nenhuma confiança nos patrões e na burocracia sindical!

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Rio Grande do Norte**Toda força à greve do magistério municipal de Natal/RN!**

As escolas da rede municipal de Natal passam por uma grande precarização e processo de privatização. Faltam insumos, como materiais de limpeza, papel para atividades e as salas não são climatizadas. Há grande demanda por reformas estruturais.

Recentemente, o prefeito Paulinho Freire (União Brasil) privatizou a gestão da merenda, e, não bastando isso, contratou a startup Lemobs, em parceria com o Banco do Brasil, para implantar o reconhecimento facial dos alunos, sem o consentimento dos pais, para racionamento da merenda escolar.

Os professores acumulam mais de 60% de perdas salariais. No final de 2024, a prefeitura aprovou na Câmara de Vereadores a Lei 241/2024, dando origem a um terceiro regime de trabalho no magistério, fragmentando ainda mais a categoria. Nesse novo regime, assim como no regime da Lei 114/2010 (educadores infantis), os professores possuem 30 horas semanais que, combinado com a hora-relógio de 60 minutos, faz com que os professores deem aula todos os dias e tenham que planejar na hora do almoço. Com isso, já são mais de 300 desistências/pedidos de exoneração dos novos concursados.

Essa situação levou a categoria a discutir como unificar os regimes e também a redução da jornada sem redução salarial. Uma parte da categoria defende a jornada de 24 horas, pois assim já garantiria o dia para o planejamento. Porém, ainda se torna uma jornada exaustiva, pois outra parte desse planejamento o professor ainda realiza nos finais de semana, trabalhando na prática na escala 6x1 ou 7x0.

A Corrente Proletária tem defendido a bandeira da redução da jornada para 20 horas semanais, sem redução de salários, igualando com a jornada dos professores mais antigos, da Lei 058/2004, como parte da luta pela unificação da carreira. Além disso, com as 20 horas, o professor teria mais condições de realizar todo o seu trabalho, que inclui dar aula e o planejamento, dentro da semana (de segunda a sexta), sem precisar planejar no contra turno, à noite ou em sábados e domingos.

Outros problemas se acumulam dentro da rede. Com a Lei 241/2024, a prefeitura tem se utilizado do fato dos novos pedagogos do Fundamental I terem 30 horas para que, com essa jornada maior, pressioná-los a assumir também as disciplinas específicas de Artes, Educação Física e Ensino Religioso, sobrecarregando ainda mais esse novo professor. Tradicionalmente, no Ensino Funda-

mental I, as disciplinas específicas são alocadas justamente para que os professores dessas disciplinas assumam a turma no momento em que o pedagogo realiza o seu planejamento na escola. Com a Lei 241/2024, os novos professores não possuem mais o dia de planejamento. E os professores das disciplinas específicas, por outro lado, estão sendo expulsos das turmas e tendo que vagar de escola em escola para completar sua carga horária. Trata-se de um brutal ataque às condições de trabalho e dos professores das específicas.

Outros problemas incluem a falta de isonomia salarial, com os educadores infantis (Lei 114/2010) e os novos professores (Lei 241/2024) recebem proporcionalmente cerca de 13,07% e 10,87% a menos em relação aos professores da Lei 058/2004. Além disso, faltam Professores AEE (Atendimento Educacional Especializado) e auxiliares para atender à demanda das mais de 4200 crianças com deficiência, com autismo ou com altas habilidades. Recentemente, a prefeitura lançou um processo seletivo de "educador social voluntário", para contratos precarizados, pagando míseros R\$ 900,00, sem nenhum direito.

Diante dessa situação crítica, e das mesas de enrolação, a direção do Sinte-RN (PT), pressionada pela base, principalmente pelos novos professores da Lei 241/2024 e também os educadores infantis (Lei 114/10), passou a convocar a categoria para a greve. No dia 03/08, em uma assembleia com grande participação, a categoria aprovou a greve, que iniciou em 06/08 com um massivo ato e marcha no centro da cidade.

A Corrente Proletária, embora não possua trabalhadores na rede municipal de Natal, atuou sistematicamente na preparação da greve com passagem nas escolas no horário do intervalo, e participação nas assembleias e atos. E tem distribuído boletins e notas, propagandeando uma plataforma de reivindicações em resposta aos problemas mais sentidos nas escolas do município: Abaixo a privatização da escola pública; Fora as empresas privadas da cozinha! Redução da jornada, sem redução salarial (garantia do dia de planejamento); defesa da jornada de 20 horas; Recomposição imediata das perdas salariais de mais de 60%; Implantação das progressões de forma automática; Em defesa das condições de trabalho dos professores das específicas; Redução de alunos por turma. Máximo de 25 alunos, e não mais que 15 no ensino infantil; Convocação imediata de todo o cadastro de reserva!

Rondônia**A Justiça burguesa suspendeu a greve anunciada pelos trabalhadores em educação do município de Porto Velho**

No dia 6 de agosto com a presença de aproximadamente seiscientos trabalhadores em educação, aconteceu uma assembleia que deflagrou a greve por tempo indeterminado, para iniciar no dia 12. A aprovação da greve contrariou a vontade dos três sindicatos que representam a categoria (Sindepref, Sinprof e Sintero).

Para ocorrer a referida assembleia, a mobilização foi realizada pelos próprios trabalhadores em educação e não pelos dirigentes sindicais, os quais se limitaram a mandar avisos tímidos nos grupos de WhatsApp. Porém, o comparecimento massivo da base na assembleia surpreendeu os burocratas, o que chocou com o imobilismo dessas três direções sindicais. Não por acaso, foram obrigados a repetir que acatavam a decisão da assembleia que votou pela greve.

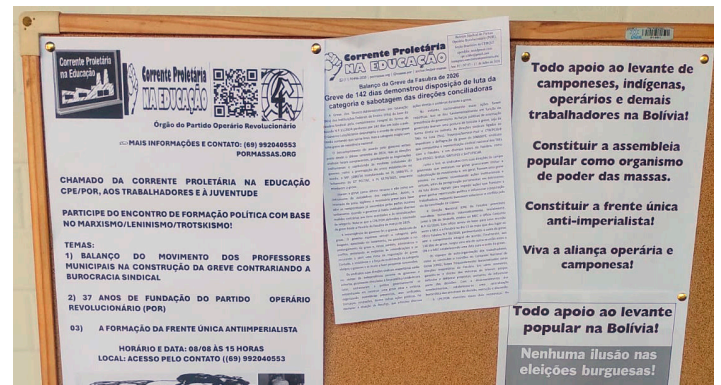
Na assembleia, a disposição de luta era grande. Centenas de cartazes foram levantados com as bandeiras de "Greve já!". "Greve agora". No entanto, os burocratas procuraram desencorajá-los com falas sobre a judicialização da greve. Falas que concluíam com a ideia de que se acontecesse alguma coisa, estariam prontos para impor as medidas jurídicas necessárias.

Essa conduta das direções traidoras já era previsível. Os burocratas temem a greve, por isso, fazem de tudo para que sua política de conciliação de classes impere nos sindicatos. O resultado dessa conduta veio após a assembleia de quinta-feira. No dia seguinte, a Justiça concedeu uma liminar de suspensão do início da greve.

Nesse interim, os dirigentes sindicais ficaram em silêncio acerca da liminar e só se manifestaram quando um grupo de profes-

res esteve em dois sindicatos cobrando um posicionamento frente à liminar e ao início da greve previsto para iniciar no dia 12. Diante dessa pressão, emitiram uma nota para esclarecer quais as decisões que iriam tomar sobre a liminar. A principal era aguardar a decisão judicial após a deflagração da greve, ou seja, se for julgada legal ou ilegal. Em vez de ampliar a mobilização, os burocratas jogaram um balde de água fria.

A Corrente Proletária, no decorrer das mobilizações, se empenhou em convocar os trabalhadores da educação a participarem da assembleia e combater a política da burocracia de abortar a greve. Ao mesmo tempo, tem trabalhado para fortalecer a oposição classista, que tem sua expressão na Corrente Proletária.



Audiência Pública para implementação do campus São Bernardo do Campo do IFSP: a educação pública deve servir aos trabalhadores, não aos patrões

No dia 4 de agosto, foi realizada no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a 2ª Audiência Pública para a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em São Bernardo do Campo. A audiência teve como centro a discussão sobre os cursos que deverão ser oferecidos pelo novo campus.

Compuseram a mesa representantes do IFSP de Diadema e de Mauá, do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Prefeitura de São Bernardo do Campo, além do professor Procópio, Diretor do Campus São Bernardo do Campo do IFSP. Apesar de se tratar de uma audiência pública sobre uma instituição que deverá atender principalmente à juventude trabalhadora da região, não houve representantes do movimento estudantil e juvenil.

Durante a apresentação, foi destacada a chamada “vocação industrial” de São Bernardo e do ABC, levando em consideração a força econômica da região e seu histórico como importante polo industrial. A partir disso, foram apresentados como possíveis eixos para o novo campus Controle e Processos Industriais e Produção Industrial. Entre os cursos mencionados estiveram automação industrial, mecatrônica, eletrônica, manutenção industrial, metalurgia, química, plástico, petroquímica, biotecnologia e processos industriais, além de áreas relacionadas à robótica e eletromobilidade. Na plenária, também apareceram propostas de cursos ligados a farmácia e cosméticos, futebol e formação de doulas.

Foi apresentada a perspectiva de que cerca de 80% da oferta esteja relacionada aos cursos técnicos, inclusive integrados ao ensino médio, e 20% à formação profissional para o magistério, sobretudo licenciaturas. Também se discutiu a necessidade de definir os cursos antes da contratação dos professores de carreira, de forma a garantir sua continuidade e impedir que sejam posteriormente extintos.

Sindicato defende que IF atenda também às necessidades das empresas

Ao tratar da qualificação profissional, durante a sua intervenção, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, defendeu que o Instituto Federal ajude as empresas que necessitam capacitar seus operários, inclusive se baseando na resistência dos patrões em arcar diretamente com os custos dessa formação. O burocrata também defendeu cursos que tenham relação com as necessidades do chamado “chão de fábrica”. Essa posição coloca uma questão fundamental: a quem deve servir a educação técnica pública: às necessidades dos trabalhadores e de seus filhos ou às necessidades de qualificação da força de trabalho exigidas pelos empresários?

Professora denuncia exclusão da base

Uma professora da rede pública estadual de São Paulo fez uma das intervenções mais críticas da audiência. Segundo relatou, ela e outros professores da base tiveram papel importante na mobilização pela criação do Instituto Federal em São Bernardo, envolvendo escolas, professores, estudantes e pais de alunos. Afirmou que, apesar dessa mobilização, nem ela nem seus colegas teriam sido convidados para a primeira audiência pública. Demonstrou descontentamento com a condução do processo e defendeu que aqueles que participaram da luta pela conquista do IF deveriam ter representação efetiva na construção da instituição. Sua crítica foi sintetizada na afirmação de que “enquanto usar o IF para palanque político, não teremos bom ensino no IF”.

A resposta proletária

A implantação de um Instituto Federal em São Bernardo é uma importante conquista para os trabalhadores e para a juventude, e não pode ser transformada em instrumento eleitoral, nem se voltar às necessidades de qualificação da mão de obra dos capitalistas. Há uma profunda contradição em apresentar a formação profissional apenas a partir da chamada “vocação industrial” da região e, ainda, das necessidades das “empresas” sem enfrentar a realidade da desindustrialização brasileira, do fechamento de fábricas e empregos industriais, da eliminação de postos de trabalho e do desemprego.

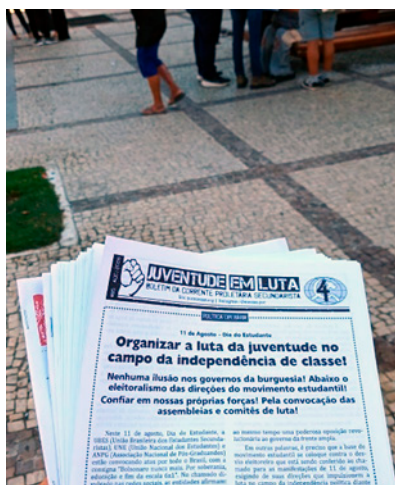
A definição dos cursos e dos rumos do IF de São Bernardo deve contar com a participação direta dos trabalhadores, professores, estudantes, pais e organizações que estiveram na base da mobilização, e não ficar subordinada aos interesses empresariais ou às disputas por cargos e palanques políticos.

O dinheiro público destinado à educação deve atender às necessidades da classe operária, de seus filhos e da juventude, garantindo formação técnica, científica e cultural plena, o que só será possível com a constituição de um único sistema de ensino público, gratuito, em todos os níveis, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha.

A Corrente Proletária/POR defende um Instituto Federal público, gratuito, com professores de carreira e financiado integralmente pelo Estado, conforme cálculo a ser realizado pela assembleia geral da instituição. A luta por plenas condições de estudo e trabalho deve estar ligada à luta contra a desindustrialização, as demissões e a precarização, bem como pela defesa dos empregos e pela organização independente da maioria oprimida.

Ceará

Dia Nacional do Estudante (11/08) em Fortaleza marcado pelo governismo e a conciliação de classes



O Dia Nacional do Estudante foi convocado pela UNE/UBES para a Praça do Ferreira, em Fortaleza. Participaram cerca de 150 estudantes, entre secundaristas, universitários e entidades como CAs e DCEs. Entre as correntes presentes, esteve a direção pelega da UNE. A Corrente Proletária Estudantil (CPE), esteve presente no ato distribuindo seus panfletos e apresentando o jornal Massas para a juventude oprimida.

A manifestação seguiu da Praça do Ferreira até a Praça da Estação onde foi encerrada.

A CPE/POR, junto com outras correntes, formou um bloco classista, disputando a juventude arrastada pelas políticas eleito-

reiras da direção reformista da UNE. A direção da UNE, como de costume restringiu as falas das correntes opositoras. A UJS e a JPL, que controlavam a organização das inscrições, fizeram o possível, para suprimir nossas tentativas de falar no carro de som.

A burocracia estudantil da UJS, JPT e JPL temem a política revolucionária que se expressa na consigna de oposição revolucionária ao governo de Frente Ampla de Lula/Alckmin. Colocam-se, portanto, no campo da conciliação com a burguesia.

O POR persiste em difundir o programa revolucionário para a juventude que apresenta a seguinte plataforma: trabalho e estudo a todos os jovens; um sistema único de ensino, público, gratuito, laico e vinculado à produção social; fim do ensino privado. É nesse sentido que também lutamos pelo fim da escala 6x1 e a implantação da escala móvel das horas de trabalho e dos salários, ou seja, a divisão de todos os postos de trabalho entre todos os aptos a trabalhar com reajuste automático dos salários, e um salário mínimo vital.

O CPE convoca a juventude a se organizar no POR e a combater a exploração capitalista e a conciliação de classes dos reformistas com os métodos da classe operária e o programa da revolução proletária.

Boletim Juventude em Luta universitários de agosto

O Boletim universitário na edição de agosto inicia com uma resposta ao início da corrida eleitoral burguesa. Aponta que os candidatos começam a fazer suas promessas demagógicas para enganar os explorados e que as candidaturas desde Lula a Flávio Bolsonaro, representam os interesses gerais da burguesia. Denuncia o atual governo que não cumpriu o termo de acordo de fim da greve dos funcionários das universidades federais, o que levou a uma nova greve por seu cumprimento e que durou 5 meses. E mostra que a candidatura bolsonarista “além de não representar os interesses dos explorados, expressa os interesses imperialistas contra a economia brasileira, basta ver seu pedido de adiamento das taxações de Trump para após eleições em vez da retirada desse ataque”. A matéria conclui que é preciso combater as ilusões na política burguesa e que “é preciso uma política de independência de classe, fortalecer organismos próprios de poder e conquistar nossas reivindicações através do método da ação direta”.

O Boletim traz ainda uma matéria sobre o que é o DCE e uma campanha contra as privatizações. Na matéria sobre o DCE, mostra o papel das entidades estudantis e aponta que “a luta do movimento estudantil é fundamental para defender e avançar nas conquistas, como assistência estudantil, restaurante universitário, moradia estudantil, ampliação da infraestrutura e dos quadros docente e técnico, autonomia e democracia universitárias, fim do vestibular etc.” e chama os estudantes a “construir um movimento estudantil combativo, independente dos governos e reitorias”.

Na matéria contra as privatizações, mostra como as privatizações precarizam os serviços, a exemplo da CPTM cujo trem pegou fogo com passageiros dentro 3 dias após a privatizada assumir e da morte de Abdoulaye Dieng em uma creche conveniada da prefeitura de São Paulo. Denuncia que “não há uma verdadeira luta por parte das centrais e dos principais sindicatos contra as privatizações” e convoca os estudantes a organizar a luta contra as privatizações e em defesa do ensino público.

O Boletim finaliza respondendo ao desenvolvimento das disputas interburguesas em torno à inteligência artificial, cujo texto reproduzimos na íntegra abaixo:

A inteligência artificial é perigosa?

Recentemente houve um alarde sobre os perigos da IA. Isso porque se noticiou que uma IA havia conseguido ultrapassar as barreiras de seu ambiente de teste, acessado a internet e invadido um site onde ela supostamente conseguiria informações relevantes. Daí se concluiu que a IA poderia sair do controle. Iniciou-se uma disputa sobre a restrição ou não dessa tecnologia. Esse é o contexto veiculado. Mas, para além desse alarde, o que é importante notar?

1. Restringir ou não a IA é uma disputa interburguesa. De um lado, as duas empresas que dominam o mercado querem a restrição para garantir a perpetuação de seu monopólio. De outro, as demais empresas são contra essa restrição para não ficar de fora dessa corrida de mercado, quando o uso de IA é cada vez mais presente no dia a dia.

2. Os capitalistas que dizem temer o uso da IA como arma cibernética são os mesmos que desenvolvem a IA para esse sentido. A tecnologia não se desenvolve sozinha, são os interesses políticos e econômicos que ditam o rumo de seu desenvolvimento. A IA já é usada nas guerras.

3. O governo dos EUA teme que essas IAs quebrem o seu monopólio de invadir sistemas nacional e internacionalmente. Aqui se ressalta em especial a guerra comercial com a China, que é, inclusive, o outro país que tem conseguido desenvolver a IA, mesmo com restrições dos EUA no acesso aos chips de última geração.

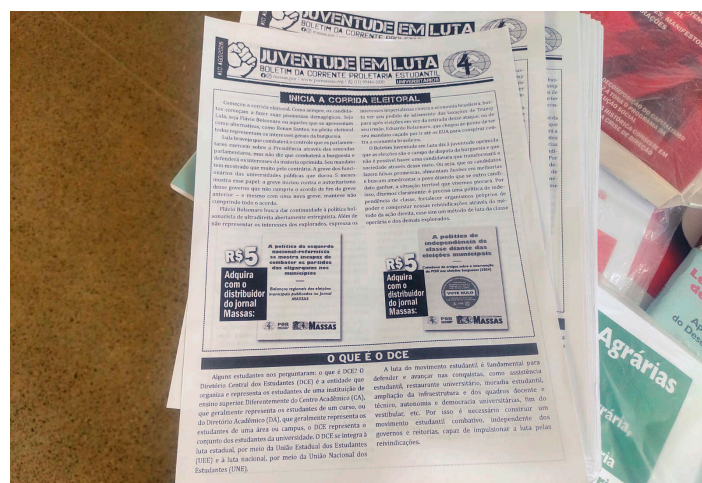
Mas então, a Inteligência Artificial é ou não é perigosa? A



resposta a essa pergunta depende de outra pergunta: qual classe controla essa tecnologia? Se a resposta a essa segunda pergunta é a burguesia para otimizar seus lucros e manter sua dominação, então ela é perigosa. Se a resposta é a classe operária para resolver os problemas sofridos pela maioria explorada e acabar com todo tipo de opressão, então ela não é perigosa. É o mesmo que se passa com a energia nuclear: ela é perigosa quando usada para produzir bombas atômicas a fim de submeter os povos.

Os estudantes já têm experiência de como a tecnologia pode ser usada sob os interesses da burguesia: a criação do Ensino a Distância, ou seja, o uso de ferramentas multimídia para reduzir custos e aumentar lucro em vez de servir efetivamente à aprendizagem, que é social.

E como os estudantes podem combater o uso da IA para as guerras de dominação? Organizando-se junto à classe operária para expropriar os meios de produção e colocá-los sob o controle dos trabalhadores para que sejam utilizados como ferramenta de libertação dos povos. Assim, o papel dos estudantes é o de lutar por suas reivindicações e se colocar no combate à burguesia. Quando a juventude se levanta pelas suas reivindicações (seja, por exemplo, na educação contra o EaD, ou no trabalho contra a escala 6x1) está cumprindo o papel de combater as medidas da



burguesia. E é entroncando sua luta com a da classe operária na luta anticapitalista que, então, as tecnologias, educação e meios de produção poderão ser desenvolvidos de maneira planejada com o objetivo de libertação da humanidade das amarras da opressão de classe.

Corrente Proletária participa dos atos do Dia do Estudante, em oposição ao eleitoralismo e ao governismo das direções estudantis

Na edição nº 85 do Boletim Juventude em Luta, dedicada ao Dia do Estudante, a Corrente Proletária Estudantil defende a participação nos atos de 11 de agosto, mas critica o caráter eleitoral dado à mobilização pelas direções da UNE, UBES e ANPG. O Boletim sustenta que a luta contra a direita e a ultradireita deve ser construída pela mobilização independente de estudantes e trabalhadores, sem apoio ou confiança nos governos da burguesia, inclusive no governo Lula/Alckmin. Para a Corrente, é necessário unificar a juventude e os trabalhadores em torno de suas próprias reivindicações e construir uma oposição revolucionária à política de conciliação de classes do governo de frente ampla.

O Boletim relaciona essa perspectiva à conjuntura de crise capitalista e de ofensiva imperialista, destacando a incapacidade da burguesia nacional e do governo Lula de romper com a dependência diante dos Estados Unidos. Diante dessa situação, defende a construção de uma frente única anti-imperialista, capaz de unir ju-

ventude, trabalhadores, camponeses e demais setores oprimidos, preservando sua independência política. A Corrente Proletária afirma que a defesa da soberania nacional e dos direitos sociais não pode ser confiada às instituições da democracia burguesa, mas deve se apoiar na ação direta e na organização coletiva.

Por fim, o Boletim destaca a luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, reivindicações que atingem diretamente milhões de trabalhadores, especialmente a juventude. Para isso, defende a convocação de assembleias e comitês de luta unificados, além da utilização dos métodos próprios de luta dos trabalhadores, como greves, piquetes, ocupações e manifestações massivas. Na educação pública, a conclusão é a mesma: estudantes, professores e funcionários não devem esperar soluções dos governos ou do Parlamento, mas confiar em suas próprias forças e organizar uma mobilização independente.

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



Balanco dos 24 dias de greve da educação municipal de São Paulo



MASSAS

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



MASSAS

Nesta edição:

Escola de Quadros Internacional;

Palestina: A barbárie na Palestina projeta a barbárie em todo o mundo;

Bolívia: Em defesa de um sindicalismo revolucionário; Nova lei de mineração anti-estatal, privada e corporativista;

Argentina: Bem-sucedida a IX Conferência; Saudações fraternais e internacionalistas à IX Conferência Internacional;

Trotsky: 86 anos do assassinato de Leon Trotsky;

Assimilando o Socialismo Científico: A Base da Família.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Escola de Quadros Internacional

A direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) decidiu convocar uma Escola de Quadros envolvendo as seções da Bolívia, Argentina, Brasil e Chile. O objetivo foi e é o de elevar a compreensão da militância sobre a importância de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. A seção brasileira realizou a Escola de Quadros em São Paulo, Pernambuco e Ceará. Exporemos abaixo as principais conclusões.

São Paulo

Em São Paulo, a Escola de Quadros ocorreu no dia 9 de agosto. Contou com a presença dos militantes e simpatizantes do partido. O camarada Atílio abriu com uma breve exposição sobre a crise mundial do capitalismo, ressaltando o fundamento leninista de que vivemos a etapa de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Assinalou o avanço da barbárie social, que se manifesta por meio das guerras de dominação, o desespero dos imigrantes à busca de emprego (a exemplo dos trágicos acontecimentos em Ceuta), a guerra comercial dos Estados Unidos com a China atingindo os países latino-americanos, a proliferação da miséria e fome em todas as latitudes. Referiu-se, nesse marco de crise do capitalismo, os retrocessos políticos e organizativos vividos pela classe operária. Sobre a base desse terreno, é que devemos discutir a reconstrução da IV Internacional e os artigos selecionados que constam no Boletim do CERQUI, número 43.

Fez parte dessa exposição, uma síntese do lugar das Internacionais e as conquistas deixadas para o conjunto dos trabalhadores. Atílio iniciou com a 1ª Internacional, fundada em 1864. Despontou com o ascenso das lutas operárias no final do século XIX, ainda sob o peso das correntes anarquistas. Depois da experiência da Comuna de Paris, Marx considerou que não havia como dar um passo no sentido político e organizativo e, assim, foi dissolvida. A 2ª Internacional, criada em 1889, teve dois momentos em sua história. O primeiro de avanço, porque o capitalismo ainda permitia reformas progressistas, e o segundo, marcado pelas posições burguesas de apoio aos créditos de guerra. Decisão essa que levou uma fração, liderada por Lênin, a constatar que era necessário fundar uma nova Internacional. A 3ª Internacional, fundada em 1919, após a vitória da Revolução Russa, constituiu pela primeira vez o Partido Mundial da Revolução Socialista. No entanto, o processo de burocratização do Estado operário e o revisionismo da política estalinista (socialismo em um só país) levou à sua dissolução por um ato unilateral de Stalin, em 1943.

Após a morte de Lênin, Trotsky levou a cabo a luta contra a burocratização do Partido bolchevique e da Internacional Comu-



nista. Após um período de choques e brutais perseguições e assassinatos, Trotsky, por meio da Oposição de Esquerda, fundou a IV Internacional, em 1938. Essa nasceu no período de agudização da luta de classes, que se espelhou na Revolução Espanhola (1936). A sua derrota foi decisiva para a burguesia desenvolver a linha da contrarrevolução. É nessa situação que se colocou a tarefa central de criação dos partidos revolucionários, partidos marxista-leninista-trotskista, em cada país sobre a base dos primeiros quatro Congressos da Internacional Comunista e o Programa de Transição.

Após o assassinato de Trotsky, em 1940, a direção que herdou essa tarefa em pouco tempo se dividiu, estilhaçando a Internacional. Hoje, o CERQUI, por meio de Guillermo Lora, se colocou a impulsionar essa tarefa. As correntes que se reivindicam do trotskismo, que são dezenas, deixaram para trás o Programa de Transição, ou o defendem somente em palavras. O POR no Brasil vem assimilando a rica experiência do POR da Bolívia, em particular, as lições deixadas por Lora para a reconstrução da IV Internacional.

Após a exposição, houve a divisão em 4 grupos. Cada grupo fez o estudo de um dos artigos selecionados, de forma que os quatro documentos de Lora fossem apresentados na plenária.

Síntese das formulações sobre a Declaração Constitutiva do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, aprovada no 1º Congresso de 1994

1. O CERQUI se apoia inteiramente no Programa de Transição, que materializa os fundamentos do Manifesto Comunista e as Teses dos primeiros quatro Congressos da Internacional, da época de Lênin;

2. O Programa de Transição não é uma lista de reivindicações, mas sim um método que permite que a classe operária a partir das reivindicações vitais alcance o objetivo estratégico, que é a revolução proletária e a instauração da ditadura do proletariado;

3. A fase em que vivemos, imperialista, é de decomposição do capitalismo, ou seja, de aprofundamento de sua inerente contradição entre o amplo desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção;

4. A tarefa fundamental está em pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. O que implica criar e consolidar os partidos-programas em nossos países;

5. A revolução proletária inicia nas fronteiras nacionais e se projeta no plano internacional. A vitória da revolução em um país fortalecerá a luta do proletariado em várias partes do mundo, o que depende da consolidação do Partido Mundial;

6. A construção dos partidos revolucionários, portanto do programa, começa conhecendo a realidade de seu próprio país, para que possa transformá-la;

7. A estratégia da revolução proletária está de acordo com a luta de classes, que abriga a violência revolucionária, os métodos da ação direta e a insurreição armada;

8. A restauração capitalista na URSS interrompeu a transição do capitalismo ao socialismo. A burocratização do Estado operário e o consequente refluxo da classe operária exigiu que a revolução política impedisse o avanço do curso restauracionista;

9. O CERQUI defende as conquistas da Revolução Russa, entre eles o internacionalismo proletário.

Síntese – Como Construir a Quarta Internacional

1. Não se trata de construir a IV Internacional, mas reconstruí-la apoiando-se na herança deixada por Trotsky. Portanto, a reconstrução significa dar expressão organizativa ao Programa de Transição. Pois, o Programa de Transição é a aplicação do materialismo histórico da época imperialista;

2. A “dura experiência” vivida pelas quatro Internacionais deve ser assimilada crítica e autocriticamente.

3. A 1ª Internacional foi obra de Marx e Engels. Sua tarefa se concentrou em organizar a classe operária independente da burguesia. O fundamental esteve no esforço de criar uma corrente, que caminhasse para a constituição de uma direção revolucionária. Como essa tarefa não foi alcançada, a Internacional se esgotou. A 2ª Internacional teve seu período de conquistas quando o capitalismo estava em ascensão e permitia a concessão de reformas em favor das massas exploradas. A primeira guerra mundial enterrou a II Internacional, pois essa se deslocou para o campo da burguesia. A 3ª Internacional nasceu da vitória da Revolução Russa. Lênin pôde formular as principais teses para o movimento operário e para as nações oprimidas, contidas nos primeiros quatro Congressos. No entanto, a Internacional foi burocratizada, estalinizada e, por fim, dissolvida. A IV Internacional teve pouco tempo de existência, porque o revisionismo penetrou em suas fileiras, estilhaçando-a. No entanto, permanece vigente no Programa de Transição;

4. O Partido Operário Revolucionário da Bolívia carrega consigo a tradição do internacionalismo proletário e a tarefa de reconstituir o Partido Mundial. Trata-se de uma rica trajetória em defesa do programa da revolução social.

Síntese: Necessidade Histórica do Partido Mundial

1. O capitalismo é uma economia mundial. Não se trata da soma de economias nacionais. Mas, sim, de leis gerais que se estendem às economias nacionais e as condicionam. Sua penetração não se dá de forma homogênea. Ao contrário, em seu desenvolvimento, o capitalismo impôs a divisão entre nações opressoras e nações oprimidas; entre a burguesia e o proletariado;

2. O internacionalismo é o resultado da natureza internacional do capitalismo. O proletariado, assim, está unido além das fronteiras de seu país por suas necessidades vitais, mas unido mundialmente por sua finalidade estratégica, de pôr fim à exploração social e à opressão nacional;

3. A revolução social inicia em um determinado país, portanto, não ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo. Mas sua vitória definitiva depende de sua expansão mundial;

4. O fator objetivo da revolução é comum em todas as latitudes. Mas o fator subjetivo depende da elevação da consciência do proletariado, o que implica a consolidação do partido-programa;

5. A criação da Liga Comunista teve como base o Manifesto Comunista de 1848, de Marx e Engels. O Manifesto Comunista constituiu a expressão mais elevada do internacionalismo proletário. Foi elaborado para construir o partido da revolução social, antes da fundação da I Internacional.

Síntese - Tarefa Fundamental: reconstrução da IV Internacional

1. O processo de restauração capitalista na URSS e nos países do Leste Europeu nos obriga a compreender e assimilar as lições desse processo. Para os ideólogos da burguesia, a restauração indicou que o socialismo é inviável e que o capitalismo é um sistema capaz de superar os seus aspectos negativos. Para os revisionistas, o fator econômico ainda não alcançou a maturidade para se tornar possível a revolução social. Para os estalinistas, as forças produtivas nos países atrasados ainda não se desenvolveram o suficiente e que corresponde impulsionar primeiramente a revolução burguesa;

2. A experiência mostrou que o capitalismo não rejuvenesceu com a restauração capitalista. Ao contrário, o processo de decomposição se aprofundou. Nesse sentido, a tarefa é erguer o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional;

3. O Partido Mundial tem como princípio organizativo o centralismo democrático, que implica a ampla democracia interna e uma só linha no plano externo. A Internacional atua como partido único, por isso, sua linha deve ser elaborada coletivamente;

4. O partido da IV Internacional está organizado para realizar atividades legais e clandestinas. E os métodos de luta são próprios da revolução proletária. Portanto, os da violência revolucionária exercida pelas massas insurretas. Onde for possível utilizar os métodos da democracia burguesa, Parlamento, devem estar subordinados à ação direta, trabalhando para superar as ilusões dos explorados;

5. A revolução social começa dentro das fronteiras nacionais, mas inevitavelmente deve fundir com a revolução mundial. Essa é a única maneira de resolver os problemas colocados pela transformação qualitativa da sociedade. Ou seja, a derrocada do capitalismo e a edificação da sociedade sem classes.

Observação: Os grupos expuseram algumas questões como a de que as formulações de Guillermo Lora haviam sido confirmadas no sentido da necessidade da revolução política. O CERQUI em seu Congresso de setembro de 2022 aprovou por maioria uma

resolução em que reconhece o triunfo da restauração capitalista, a superação da diretriz da revolução política e a colocação objetiva de uma nova revolução social. Foi importante na exposição o fato de a revolução social abrir um período de transição do capitalismo ao socialismo, em que se coloca a necessidade da revolução mundial.

A Escola de Quadros encerrou com um Viva à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista! Viva o CERQUI! Viva o Partido Operário Revolucionário!

Ceará

Síntese dos estudos da Escola de Quadros Internacional

Como parte da Escola de Quadros internacional, definida pelo Comitê de Enlace pela reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), houve em Fortaleza o encontro promovido pela regional do POR no Ceará para o estudo e discussão dos textos do Boletim do CERQUI N°43 sobre a necessidade de reconstruir a IV Internacional. A atividade, que reuniu militantes e simpatizantes no dia 09 de agosto, foi disciplinada e esteve dedicada a compreender os elementos fundamentais levantados pelos artigos.

No estudo, destacou-se que a solução para a profunda crise mundial capitalista encontra-se na revolução social, que destruirá a grande propriedade privada burguesa e derrotará a dominação do imperialismo sobre as massas em todo o globo. A imaturidade das condições subjetivas (atraso na consciência das massas) se ergue como o principal obstáculo à transição do capitalismo ao socialismo e ao estabelecimento da propriedade social dos meios de produção. A crise de direção se apresenta como um fato histórico de profundo significado da luta política atual. Teve seu impulso fundamental na traição do estalinismo contrarrevolucionário (então dirigente da III Internacional) à causa do bolchevismo e ao pensamento de Lênin.

Verificou-se que a crise de direção, enunciada por Trotsky no Programa de Transição é um fenômeno dialético e de forma alguma estanque, podendo ser aprofundada ou superada a partir da intervenção concreta na luta de classes.

O estudo destacou o problema da incapacidade do nacionalismo burguês em defender a soberania dos países atrasados e o caráter conciliador do estalinismo que levou à derrocada da URSS e dos Estados operários do Leste Europeu.

O estudo finalizou com a ideia de que a superação da crise de direção, isto é, a reconstrução do partido mundial da revolução socialista, exige a formação dos quadros revolucionários (militantes profissionais) e aplicação do programa à realidade de cada país, procurando revelar sua história, sua superestrutura política, suas classes fundamentais e o percurso da luta das massas por onde se desenvolverá revolução social.

Pernambuco

Escola de Quadros Internacional Guillermo Lora

No dia 08 de agosto, o POR Pernambuco realizou uma formação política direcionada a militantes e contatos com base no Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) n°43. Os textos escolhidos foram preparados previamente e apresentados. Sistematizamos abaixo as principais lições do estudo.

1) Internacionalismo proletário

O internacionalismo proletário resulta da natureza internacional do modo de produção capitalista, que constituiu um mercado mundial e conduz à necessidade de forjar o partido internacional do proletariado. É necessário conhecer as particularidades nacionais para erguer as seções deste partido mundial. O internacionalismo proletário faz parte da tradição da classe operária antes mesmo de Marx e Engels. A Liga dos Justos já convocava em seus manifestos “proletários de todos os países uni-vos”.

Marx e Engels dotaram o movimento de uma expressão política consciente, por meio do Manifesto do Partido Comunista e outras obras elaboradas a partir do método do socialismo científico. Lutaram para forjar a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), criada em 1864, mas marcada pela imaturidade do movimento operário, atravessado pelas divisões entre anarquistas e marxistas, dentre outras correntes políticas.

Em 1889 foi fundada a II Internacional, tendo como base os partidos operários socialdemocratas, sobretudo o alemão, com uma base de massas, presença nos sindicatos e no parlamento. O revisionismo do marxismo se manifestou no desenvolvimento de uma linha reformista e nacionalista que, diante da deflagração da 1ª Guerra Mundial levou ao alinhamento dos partidos com suas burguesias imperialistas.

O ponto mais alto do internacionalismo proletário se deu com a III Internacional, fundada em 1919, no bojo da Revolução Russa. Teve como base a concepção leninista de partido, com quadros revolucionários profissionais voltados à tarefa de armar as massas para a tomada do poder. Com as derrotas nas revoluções na Europa, isolamento e impactos da guerra civil, forjou-se no interior do Estado operário uma corrente restauracionista, em torno de Stalin, levando à destruição teórica, organizativa e física da III Internacional.

Trotsky preservou as conquistas programáticas do marxismo-leninismo e combateu por meio da Oposição de Esquerda para recuperar a III Internacional. A partir de profundas traições, lançou as bases da fundação da IV Internacional. Guillermo Lora defendeu a necessidade de reconstruir a IV, pois ela segue viva no Programa de Transição, apesar dos prejuízos causados pelas correntes centristas, que, incapazes de penetrar na classe operária, passaram a revisar o marxismo-leninismo-trotskismo.

2) As bases ideológicas e estratégicas do CERQUI

O Manifesto do Partido Comunista expõe as leis sociais próprias do capitalismo; o percurso de desenvolvimento da burguesia e do proletariado; o caráter internacional do capitalismo e da classe operária; o conteúdo internacional da revolução, ainda que sua forma seja nacional e o método da insurreição violenta para transformar a propriedade privada em propriedade social.

As resoluções e documentos dos quatro primeiros congressos da III Internacional desenvolveram orientações táticas voltadas à tomada do poder (Frente Única Proletária e Frente Única Anti-imperialista) e combateram a separação entre programa mínimo e máximo que caracterizou o reformismo da II Internacional.

O Programa de Transição deu continuidade ao marxismo-leninismo, caracterizou a crise de direção como principal problema da humanidade e estabeleceu a necessidade da revolução política diante da restauração em curso na URSS.

3) Não se pode recuperar os partidos que mudaram o seu conteúdo de classe

Ao longo da história do movimento operário, houve partidos que nasceram como organizações proletárias, porém, sob a pressão do imperialismo abandonaram a estratégia da ditadura do proletariado. Sem esse objetivo, as correntes acabam se adaptando ao democratismo, parlamentarismo e pacifismo, condenando inclusive a violência revolucionária.

Ao mudarem seu conteúdo de classe, tais partidos não podem ser regenerados. Por isso, após a traição social-chauvinista da II Internacional, foi fundada a III Internacional; e após a traição da Cominter estalinizada, foi fundada a IV Internacional.

4) O partido é o programa

A teoria revolucionária é a assimilação da experiência da proletariado, é o conhecimento das leis que regem o modo de produção capitalista. Há uma unidade entre o método, a tática e a estratégia (que é determinante).

5) O POR e a IV Internacional

O POR boliviano nasceu em 1935, já alinhado a Oposição de Esquerda. Seus representantes assistiram a Congressos da IV em vida do Trotsky. A partir dos anos 1940, em torno da liderança de Guillermo Lora, desenvolveu-se como partido-programa, propiciando ricas experiências, das quais destacamos: a elaboração

das teses de Pulacayo, no seio do proletariado mineiro; a revelação do caráter burguês do nacionalismo; o desenvolvimento de experiências de duplo poder, como a criação da COB na Revolução Nacional de 1952 e na Assembleia Popular de 1971, que se constituiu como Frente Única Anti-imperialista. A crítica ao foquismo também distinguiu o POR em relação a outras correntes que se deixaram arrastar.

A condição marginal do POR, em relação à IV Internacional, se deveu aos descaminhos da organização após a morte de Trotsky, marcada por direções centristas e revisionistas.

No texto “O trabalho internacional nos fortalecerá”, de 2007, Lora avalia que foi um erro o POR não ter atuado como seção da IV Internacional, mantendo-se como visitante. O ascenso revolucionário de 1946-1971 atraiu a atenção de dirigentes da IV Internacional, mas quando procuraram atuar na Bolívia foi com orientações erradas de submissão ao nacionalismo, levando à cisão do POR no contexto da Revolução de 1952. No exílio, após a repressão à Assembleia Popular de 1971, Lora notou a ausência e debilidade da IV Internacional. O balanço autocrítico levou Lora a uma reorientação para que a militância partidária assimilasse a experiência da Oposição de Esquerda e conhecesse a fundo a história da IV Internacional. Ressaltou a necessidade do desenvolvimento dos quadros que se constituam como revolucionários profissionais.

Avaliamos em nossa escola de quadros que a tarefa de reconstruir a IV Internacional segue vigente e está nas mãos da vanguarda com consciência de classe que se empenha na construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil e nas demais seções.

A barbárie na Palestina projeta a barbárie em todo o mundo

Empenho absoluto para construir uma frente única anti-imperialista

Combater o imperialismo e o sionismo sob a bandeira do internacionalismo proletário!

Nas duas últimas semanas, a situação na Faixa de Gaza seguiu desmentindo, na prática, a suposta trégua vigente desde outubro de 2025. Segundo o Ministério da Saúde de Gaza, o número de mortos desde o início da ofensiva israelense em outubro de 2023 chegava, em 11 de agosto, a 73.387 pessoas — mais de 21.500 delas, crianças. Somente desde a entrada em vigor do chamado cessar-fogo, em 10 de outubro de 2025, o mesmo órgão contabiliza 1.257 mortos e mais de 4.100 feridos, além de centenas de corpos ainda retirados dos escombros. Em nota divulgada em 10 de agosto, peritos da ONU registraram uma escalada acentuada dos ataques em julho, quando cerca de 160 palestinos foram mortos somente naquele mês. Nunca é demais lembrar que esses números são subnotificados.

A destruição do sistema de saúde é uma das consequências mais graves da violência contra a população civil. Ataques recentes voltaram a atingir o Hospital Al-Aqsa, em Deir al-Balah, incluindo o depósito de medicamentos e insumos da unidade, agravando uma escassez já crítica de insulina e outros suprimentos essenciais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 43 mil pessoas em Gaza sofreram ferimentos permanentes, um quarto delas crianças. Esse quadro se soma à destruição massiva da estrutura produtiva da Palestina (terras e fábricas), o que coloca a população numa situação de falta de perspectiva de quando a situação vai se estabilizar.

O Norwegian Refugee Council registra dezenas de pedidos de acesso humanitário negados pelas autoridades israelenses desde a assinatura do cessar-fogo, e o volume de caminhões de ajuda que efetivamente entra na Faixa segue muito abaixo do estipulado no próprio acordo. A combinação entre bloqueio, colapso do sistema de saúde, destruição da estrutura física e deslocamento maciço mostram o grau atual da barbárie na Palestina.

Oito países árabes e muçulmanos, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Egito, Turquia, Paquistão e Índia emitiram nota conjunta condenando os ataques israelenses a hospitais e áreas civis em Gaza, enquanto o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, voltou a advertir

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



que a violência de colonos e a anexação de fato da Cisjordânia vêm se acelerando “de forma perigosa”, dois anos depois de a Corte Internacional de Justiça declarar ilegal a ocupação israelense dos territórios palestinos. Essa denúncia mostra o fracasso das declarações e medidas vinculadas à institucionalidade burguesa. Reforça-se a tese de que somente através da luta de classes, com as massas nas ruas e com seus métodos próprios de luta é que será possível dar uma direção progressiva ao que acontece na Palestina.

Em 31 de julho, chegou-se a um “acordo” entre o Hamas e o “Conselho de Paz” (Board of Peace), chefiado por Donald Trump, prevendo o desarmamento dos grupos palestinos em troca da retirada israelense e da transferência da administração civil de Gaza a um comitê técnico sob a supervisão internacional. As Brigadas Al-Quds, braço armado da Jihad Islâmica, aderiram ao texto em 2 de agosto. O primeiro-ministro israelense Binyamin Netanyahu, contudo, rejeitou publicamente o documento de 15 pontos em 9 de agosto, afirmando que as forças israelenses não recuarão de suas posições atuais enquanto o Hamas não estiver plenamente desarmado.

Esse jogo dos genocidas inverte, na prática, a sequência prevista no próprio plano de Trump, que condicionava o desarmamento a uma retirada israelense até a chamada Linha Amarela original. Apesar dos EUA ser o principal criador, impulsor e financiador de Israel, existem atritos que estão vinculados aos interesses econômicos de um lado e de outro. Para os EUA, o fim do conflito com a derrota do Hamas e a instalação de um governo provisório chefiado pelo próprio Trump significam a possibilidade de deslocar esforços, recursos e planejamento estratégico em direção à Ásia, particularmente à China. Para Israel, trata-se de completar seu plano colonialista, aproveitando que a Palestina nunca esteve tão frágil e destroçada como agora. O controle completo da Faixa de Gaza e da Cisjordânia é o objetivo principal de Netanyahu e do Estado de Israel.

Na Cisjordânia, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos classificou a violência de colonos israelenses como “sem precedentes”. Somente nos primeiros quatro meses de 2026 foram registrados cerca de 190 ataques por mês, com dezoito palestinos mortos em episódios envolvendo colonos até julho e quase 700 pessoas deslocadas de nove comunidades diferentes.

A crise em Gaza e na Cisjordânia não pode ser compreendida isoladamente do quadro mais amplo de guerra que Israel e os Estados Unidos travam contra o Irã desde fevereiro de 2026, quando ataques aéreos conjuntos mataram o líder supremo iraniano Ali Khamenei e atingiram alvos nucleares e militares no país. Os pretensos cessar-fogo, em abril, mediado pelo Paquistão, e em junho, por meio de um memorando que previa a reabertura do Estreito de Ormuz, foram repetidamente rompidos, e o conflito voltou a se intensificar em julho. Em paralelo, os ataques de Israel ao sul do Líbano, sob o pretexto de atacar apenas o Hezbollah, mas que mostra outra frente de sua sanha colonialista, já deslocou mais de um milhão de pessoas.

A crise no Oriente Médio projeta a ampliação da crise internacional ainda mais ampla. Qualquer tentativa de acordo, cessar-fogo, proposta de paz etc., padecerá de uma estabilidade frágil, que poderá ser quebrada a qualquer momento. O fundamento está na crise geral do capitalismo, que avança a olhos vistos em todas as latitudes, seja na ampliação dos governos e tendências de direita

e ultra-direita, como na América Latina, seja na espoliação do trabalho alheio praticado pela burguesia com o auxílio dos governos que aplicam as medidas de ajuste fiscal, seja no intervencionismo do imperialismo sobre as semicolônias, como no caso de diversos países africanos e latinoamericanos, em especial na Venezuela e em Cuba. Seja ainda no crescente conflito do imperialismo estadunidense contra a China, que por sua vez tem ampliado sua capacidade militar e feito demonstrações bélicas contundentes, como o recente exercício militar no Estreito de Taiwan.

A situação internacional exige uma resposta política à altura. A contradição é que as direções políticas do movimento social, como as direções das centrais sindicais, dos movimentos populares e estudantis estão até o pescoço afundadas no eleitoralismo, enquanto se limitam a prestar um impotente apoio verbal. Os trabalhadores e trabalhadoras devem compreender esses acontecimentos para avaliar corretamente o posicionamento e a prática das suas direções políticas. Muitos falarão em soberania nacional nas eleições,

mas são inconsequentes, já que a defesa da soberania nacional em nosso país passa pela luta de morte para que todas as nações oprimidas tenham sua soberania, hoje isso significa colocar todas as suas forças em defesa da Palestina.

O caminho continua sendo o de construir a frente única anti-imperialista, desde o Brasil, sob a direção da classe operária e dos demais trabalhadores explorados. Essa frente certamente impulsionaria os demais países latino-americanos e de outras partes do mundo para combater consequentemente os principais responsáveis pela barbárie imposta aos palestinos e aos oprimidos do mundo todo, os EUA, Israel e seus apoiadores e financiadores na Europa.

Pesa sobre os palestinos o atraso na construção do partido revolucionário, como parte do objetivo de reconstrução do partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Um partido marxista-leninista-trotskista que tenha por estratégia histórica a luta pela República Socialista da Palestina e pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. É com esse programa que se pode impulsionar a luta proletária internacionalista. É com o programa da revolução social que a resistência heroica do povo palestino por sua libertação reunirá forças em todo o Oriente Médio para vencer a dominação dos Estados Unidos e a barbárie colonialista imposta pelo Estado Sionista de Israel. O atraso em construir o partido da revolução proletária tem como consequência o predomínio pequeno-burguês das direções e organizações que apoiam a Palestina, mas que conduzem, na prática, uma política pacifista, incapaz de combater o sionismo e o imperialismo.

Por uma frente única anti-imperialista!

Toda força às manifestações de apoio à Palestina!

Por uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

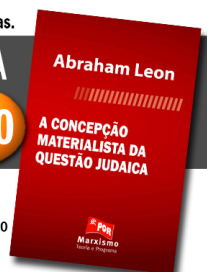
Todo empenho na reconstrução da IV Internacional!

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



Bolívia

Em defesa de um sindicalismo revolucionário contra o flagelo da burocracia sindical

Os sindicatos são uma criação dos trabalhadores como órgãos de defesa contra os abusos dos patrões interessados em extrair o maior ganho possível do trabalho dos operários, são organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho.

A burguesia é inimiga natural do sindicalismo, mas ao longo das lutas operárias, teve de aceitar a existência legal do sindicato e reconhecer certas conquistas em favor dos trabalhadores. Um traço típico dos governos burgueses de corte fascista é sua política de liquidar os sindicatos operários. Esse é o caso do governo de Rodrigo Paz, fascistizante, radicalmente de direita.

DEMOCRACIA SINDICAL. O sindicato aglutina todos os trabalhadores, independentemente de sua filiação partidária, alinhamento ideológico ou religioso; deve ser o mais amplo possível, a democracia sindical deve prevalecer nela. Os dirigentes estão obrigados a responder por todas as suas ações perante as bases e agir de acordo com o que estas decidem. Respeitar a vontade das bases e combater todas as formas de burocratização das direções que acabam defendendo os interesses dos patrões. O dinheiro dos sindicalizados deve ser tratado com total honestidade. Os trabalhadores devem exigir, regularmente, a prestação de contas pela gestão dos recursos sindicais.

INDEPENDÊNCIA SINDICAL. As organizações sindicais, se quiserem defender os interesses operários, precisam defender zelosamente sua independência das autoridades e dos empregadores. Rejeitar todas as formas de colaboracionismo de classe com a parte empresarial e com os governos burgueses. O colaboracionismo de classe consiste em que os trabalhadores se tornam cúmplices de sua própria exploração ao se submeterem aos interesses da empresa.

SINDICALISMO E POLÍTICA. O sindicato, sendo uma organização ampla, não é em si mesmo nem revolucionário nem reacionário. Entretanto, não pode ser apolítico. Necessariamente terá que tomar uma posição sobre os problemas sociais dos quais os trabalhadores fazem parte. Quando são dirigidos por tendências contrarrevolucionárias que geralmente se declaram apolíticas e antipartidárias, acabam sendo estranguladas por panelinhas burocráticas corruptas, subservientes aos patrões.

DEFESA DAS CONQUISTAS SINDICAIS. Atualmente, nossas organizações sindicais se tornaram extremamente burocratizadas. Uma casta burocrática incentivada pelo MAS os transformou em organizações estranhas às necessidades dos trabalhadores. A bu-

rocracia usa o sindicato e suas conquistas para seu próprio benefício, desmoralizou o sindicalismo aos olhos da população. O governo fascistizante de Rodrigo Paz busca apoiar-se nisso para atacar e destruir os sindicatos. O que corresponde é a defesa dos sindicatos e expulsão a pontapés dos burocratas traidores.

OS ATAQUES DO GOVERNO. Primeiro foi a suspensão da retenção das contribuições sindicais, agora, o deputado Lucero Justiniano Oropeza apresentou à Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa Plurinacional dois projetos de lei destinados a modificar o regime legal da licença remunerada para o exercício do mandato sindical dos dirigentes. (Declaração da FSTMB na página 12)

As contribuições sindicais são para que as organizações sindicais tenham recursos para sua atuação na luta permanente pela defesa dos direitos dos trabalhadores, não para que os líderes possam viver uma boa vida. A licença remunerada para o exercício do mandato sindical também é uma conquista dos trabalhadores cujo objetivo é que os dirigentes disponham de todo o seu tempo para o trabalho sindical para vigiar e lutar contra os abusos dos patrões, não para viver sem trabalhar. Cabe à base expulsar os aproveitadores e escolher dirigentes consequentes com a causa operária, e não burocratas lacaios do inimigo de classe.

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO. Os interesses históricos da classe operária, como classe despossuída de todas as formas de propriedade sobre os meios de produção, são aqueles que se referem à necessidade de pôr um fim definitivo ao regime de exploração capitalista. A tarefa histórica do proletariado consiste na conquista do poder, conduzindo toda a nação oprimida (as demais classes pequeno proprietárias ou comunitárias oprimidas), a fim de estabelecer uma nova sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção.

O sindicalismo revolucionário só pôde existir sob a direção do partido revolucionário quando, com base na experiência diária da luta, o programa revolucionário conseguiu se encarnar majoritariamente nas bases. A única garantia de que os dirigentes sindicais não se corrompam e se burocratizem é que sejam militantes consequentes e convencidos do programa revolucionário. Os interesses históricos da classe operária, como classe despossuída de todas as formas de propriedade sobre os meios de produção, são os que se referem à necessidade de acabar definitivamente com o regime de exploração capitalista.

Bolívia

Nova lei de mineração anti-estatal, privada e cooperativista

O Ministro de Mineração Marco Antonio Calderón (empresário de mineração e ex-presidente da Associação de Mineiros Privados da Bolívia) anunciou ao país o fim da mineração estatizada: “Vamos deixar o modelo estatista com o Estado como principal ator, para dar um papel protagonista ao setor privado, às cooperativas”, dando lugar a um novo período privatista da mineração na Bolívia. As conclusões da Cúpula da Mineração realizada em julho lançaram as bases para a nova Lei de Mineração apresentada em outubro, cuja essência, sem dúvida, será enquadrada no entreguista Código de Mineração de 1997, de Goni (Lei de 1777).

Com a fundação da COMIBOL (2 de outubro de 1952), produto da revolução dirigida pelo proletariado sob as bandeiras da Tese de Pulacayo (1946), e a nacionalização das minas das mãos dos “Barões do Estanho”, a atividade mineradora passou para as mãos do Estado. Em seus melhores momentos, a COMIBOL concentrou mais de 30 minas estatais e cerca de 30.000 mineiros assalariados organizados na FSTMB. A produção e a renda de mineração constituíam a principal renda do país.

O pequeno burguês MNR ditou a nacionalização das minas, sob a pressão da COB, que nasceu como um soviete, mas que, infelizmente, através de Lechín, foi subordinada ao governo direitista de Víctor Paz Estenssoro.

Por décadas, o movimento mineiro lutou para defender a mineração estatizada contra as tentativas de privatização dos governos do MNR civis e militares. Um exemplo é o Plano Triangular de 1961, que buscava estrangular a mineração estatal para favorecer a mineração privada estrangeira. Em maio de 1965 (ditadura de Barrientos), os mineiros foram massivamente demitidos e parcialmente recontratados com metade de seus salários. Os governos neoliberais das décadas de 1980 e 1990 continuaram esse processo, sempre caracterizado por seu extremo servilismo ao imperialismo norte-americano e europeu. Seu máximo representante foi o gringo Gonzalo Sánchez de Lozada, proprietário da Compañía Minera del Sur (COMSUR), a maior empresa privada de mineração da época.

Por 20 anos (2006-2025), os governos do MAS aprofundaram a entrega de atividades de mineração para grandes multinacionais: San Cristóbal, para a japonesa Sumitomo (2006), San Bartolomé, para a Manquiri Mining Company S.A. (2008) e San Vicente, para a Pan American Silver Bolivia S.A. (2008), entre outras que têm controlado majoritariamente as exportações do minério desde esses anos, e o crescimento exponencial do setor cooperativo, principalmente aurífero; de 900 oficialmente registrados em 2005, para 3.500 hoje, entre os legais e os ilegais.

Hoje, e por dádiva dos falsos socialistas Evo Morales e Arce Catacora e pelo alto preço dos minerais, principalmente do ouro,

estes “cooperativistas”, aliados a grandes empresários, controlam mais de 54% do valor das exportações de mineração do país. Seguidos pela mineração privada, que representa 40% do valor das exportações e um reduzido 6% do valor das exportações de estanho proveniente do que resta da mineração estatal sob a responsabilidade da COMIBOL. Por trás de seu falso e demagógico estatismo, na política de mineração está a realidade dilacerante: a correlação da força de produção de mineração é dominada pelo setor privado, incluindo o setor cooperativo, sobre o setor estatal.

Atualmente, o que Rodrigo Paz, fiel representante da burguesia nativa servil ao imperialismo, pretende é terminar a entrega de todas as reservas de mineração do subsolo boliviano por meio da assinatura de dezenas de contratos com multinacionais, para os quais acelera a aprovação na Assembleia Legislativa de seu “pacote de leis” entreguistas. Não se cansa de dizer que a Bolívia só exporta minerais por 6 bilhões de dólares, e que devemos exportar mais de 50 bilhões como Peru e Chile. O que esse canalha não diz é que, dessa quantia de dinheiro que entra nos bolsos privados, apenas migalhas vão para os cofres do Estado (mineração privada 10% e cooperativas 2,5% dos lucros líquidos). Lucros extraordinários, gerados com nossos recursos naturais e a exploração da mão de obra barata, que saem de Bolívia para os países imperialistas de origem das empresas e para bancos estrangeiros.

RECUPERAR A MINERAÇÃO PARA O PAÍS E AS GRANDES MAIORIAS, REFUNDAÇÃO DA COMIBOL!

NÃO ÀS LEIS ENTREGUISTAS!

EXPULSÃO DAS MULTINACIONAIS MINERADORAS, ESTATIZAÇÃO DO OURO!

Argentina

Reproduzimos a introdução do balanço da LCI acerca de sua Conferência Internacional **“Bem-sucedida a IX Conferência Internacional da LCI”**

“Em julho, mais de 200 comunistas, delegados da Liga Comunista Internacional (LCI) e convidados se reuniram na Cidade do México para discutir as tarefas da esquerda em meio à atual ofensiva imperialista reacionária. Os participantes vieram de todos os continentes e incluíram representantes de outras organizações comunistas, incluindo o Partido Operário Revolucionário (POR-CERQUI), a Corrente Comunista Revolucionária Internacional (CCRI), a Tendência Bolchevique Internacional (TBI), a Alternativa Socialista Internacional (Revolucionária) (ISA-R), a organização Labor (LM), sediado nos EUA, assim como uma delegação da organização sediada na Austrália Communist Unity (CU). A questão política definidora da Conferência foi como reconstruir a esquerda revolucionária no contexto mundial atual e como superar sua fragmentação ao longo de linhas políticas pouco claras”.

O CERQUI destaca a postura da LCI de debater fraternamente todos os problemas políticos da luta de classes, a história da Quarta Internacional, as diferenças, sem se valer de qualquer tipo de manobra, censura ou bloqueio. O que é incomum em organizações que se dizem de esquerda e mesmo aquelas que se reivindicam do trotskismo.

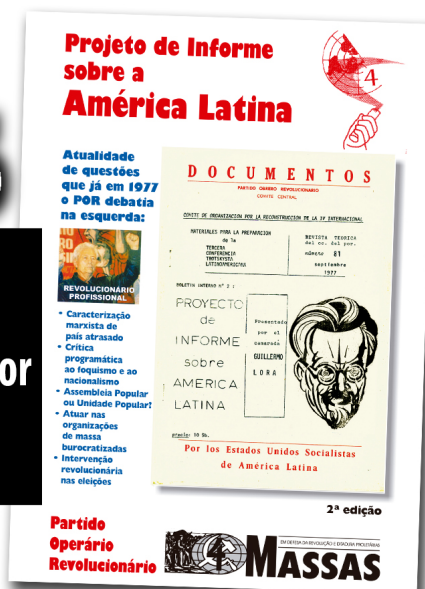
Destacamos sua decisão de romper com seu passado em 2023, no âmbito de sua VIII Conferência, para se autocriticar por escrito de seus erros e se propor a corrigir o rumo de sua Organização. Também pela sua disposição de reconhecer erros cometidos posteriormente e de retificá-los. Essas são questões fundamentais de método.

Para nossa organização, é mais um passo adiante nesse relacionamento que vem amadurecendo há pouco mais de dois anos. Comprometemo-nos a transmitir à LCI nossa análise e crítica acerca dos documentos aprovados na Conferência.

A seguir publicamos a saudação do CERQUI à Conferência.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



Caros camaradas da Liga Comunista Internacional (Quarto Internacionalista),

Saudações fraternais e internacionalistas à realização da IX Conferência Internacional

Agradecemos o convite à participação. É mais um passo importante para continuar amadurecendo nossa relação, conhecendo melhor nossas posições políticas, como nos organizamos para intervir na luta de classes sob a perspectiva do marxismo-leninismo-trotskismo. Compartilhamos a preocupação de resolver a tarefa das tarefas: reconstruir a direção internacional do proletariado, reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional, imprescindível para conduzir as lutas dos oprimidos do mundo em direção à sua libertação.

Estamos vivendo numa época de agravamento da crise, com o imperialismo dos EUA em decomposição procurando preservar sua hegemonia, agudizando a guerra comercial até com seus parceiros mais próximos, impulsionando as guerras e o intervencionismo militar. A mais poderosa potência avança no saque das semicolônias, pisoteando ainda mais sua soberania, para se apossar dos seus recursos e bloquear suprimentos para a China. O crescente armamentismo nos países imperialistas faz parte dos preparativos para uma conflagração em grande escala. Os EUA impõem aos seus parceiros da OTAN que aumentem significativamente seus orçamentos militares.

O bloqueio do Mar do Caribe, o afundamento de vários barcos que mataram seus ocupantes, o bloqueio econômico, seguido da intervenção militar na Venezuela e do sequestro de seu presidente; a ocupação do Canal do Panamá; a pressão para tomar a Groenlândia; o esmagamento da Revolução Cubana com um bloqueio que está em vigor há mais de 6 décadas; o prolongamento da guerra na Ucrânia; o genocídio em Gaza, o avanço na Cisjordânia e no Líbano, os ataques ao Iêmen, a guerra entre os EUA e Israel contra o Irã, os bombardeios contra Nigéria e ameaças de intervenção no México, Colômbia e Brasil, em nome da luta contra o tráfico de drogas etc. são amostras recentes da ofensiva militar dos EUA em todo o mundo com claros objetivos anexionistas.

Essa ofensiva do imperialismo em toda parte também visa devastar as condições de vida e trabalho, as liberdades e direitos conquistados, as organizações políticas e sindicais. Também aplica essas políticas em seus próprios países. E encontra a resistência da classe operária e dos oprimidos. Afirmamos, junto com a LCI, que a classe operária nunca faltou vontade de lutar; o que lhe falta é uma direção capaz de guiá-la na luta por seus interesses históricos.

Entendemos que nas semicolônias os comunistas devem aplicar a tática da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, erguendo as bandeiras democráticas e nacionais traídas pela burguesia e seus partidos. É a tática decisiva para disputar a direção das massas ao nacionalismo, ao reformismo e a todas as variantes da Frente Popular, para conquistar a libertação nacional. Devemos combater como à peste todo sectarismo ou oportunismo. É importante nosso acordo para defender Irã, Venezuela, Cuba, inclusive exigindo a liberdade de Maduro. A questão decisiva é lutar pela direção da luta pela libertação nacional em oposição à burguesia nacional, que afirma representar os interesses de toda a nação e usa o nacionalismo para reforçar sua autoridade.

Pôr em pé uma verdadeira direção proletária é o problema central da estratégia da revolução e da ditadura proletária, da luta pelo comunismo. Nessa tarefa, temos de aproveitar o enorme capital político, teórico e ideológico que a classe operária acumulou em mais de 170 anos, suas melhores experiências de organização e centralização, aprender com erros e derrotas fazendo um balanço profundo das experiências. Sobre essas bases, devemos reconstruir a Quarta Internacional, tendo como guia o Programa de Transição, e construir em cada país as seções – o “partido é o programa”. Para derrotar a burguesia, devemos primeiro derrotá-la ideologicamente, demonstrando que somente a classe operária tem uma saída para a crise e decomposição por que passas o capitalismo mundial. É com a classe operária tomando essa tarefa em suas mãos que alcançará a sua independência política. Esse programa determina que tipo de partidos e que Internacional devemos construir. Com essa linha de trabalho, devemos nos dirigir às organizações que buscam se orientar nessa perspectiva para trabalharem juntas.

É fundamental que a Conferência se levante como uma arma capaz de defender o fundamento do Programa de Transição da Quarta Internacional, de que a emancipação da humanidade da barbárie depende do triunfo revolucionário do proletariado internacional. A tática, os meios e métodos da luta anti-imperialista são inseparáveis de seus objetivos.

*Com fraternais saudações quarta-internacionalistas,
Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional
(CERQUI) 21 de julho de 2026*

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**

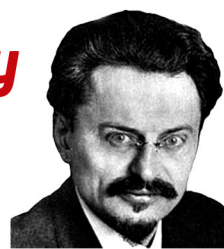


R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

86
anos

do assassinato de Leon Trotsky **Memória eterna ao dirigente** **da Revolução Russa**



86 anos do assassinato de Leon Trotsky

No dia 20 de agosto de 1940, Trotsky foi traiçoeiramente assassinado, quando se encontrava exilado e confinado no México. Esse crime contra um dirigente da Revolução Russa - organizador do Exército Vermelho, dedicado militante voltado a edificar o Estado operário na URSS e construir a III Internacional, ao lado de Lênin - foi obra da contrarrevolução chefiada pelo estalinismo, que levaria à liquidação do Partido Comunista Russo e da III Internacional.

O Partido Operário Revolucionário (POR) recorre a esse trágico acontecimento histórico não simplesmente para prestar a justa homenagem a Trotsky, mas principalmente para firmar o compromisso da luta pela reconstrução da IV Internacional.

A primeira formulação do Programa de Transição evidência a sua total vigência e sua grandiosa vitalidade. Eis: “A situação política mundial, no seu conjunto, caracteriza-se antes de mais nada pela crise histórica de direção do proletariado”. O objetivo original e principal de fundação da IV Internacional - alicerçada nas experiências das Internacionais anteriores e na luta de classes mundial, principalmente na conquista do poder pelo proletariado em Outubro de 1917 - era o de responder à crise de direção, que se manifestava nas condições de degeneração do Estado soviético e de inúmeras derrotas da classe operária. A seguinte premissa do Programa de Transição afirma: “Os requisitos econômicos da revolução proletária já atingiram o mais elevado grau de maturidade que pode ser atingido sob o capitalismo”.

Há 86 anos, as conquistas da classe operária na Rússia e em várias partes do mundo se constituíam em uma sólida base para a vanguarda marxista-leninista-trotskista enfrentar a crise de direção, nos termos expostos no Programa de Transição. Hoje, essa questão de vida ou morte para a humanidade é ainda mais ampla, profunda e grave. O processo de restauração capitalista permitiu que as potências imperialistas, tendo como carro-chefe os Estados Unidos, recuperassem o terreno perdido, retardassem a transição do capitalismo ao socialismo e, assim, sustentassem a sua desintegração mundial. Em suas entranhas, desenvolvem-se as guerras comerciais, impulsionam-se a escalada bélica e intensificam-se o saque e a opressão sobre as nações oprimidas. A contradição entre as forças produtivas altamente

desenvolvidas e a alta concentração da propriedade privada dos meios de produção tem resultado em aumento da pobreza e miséria das massas mundiais. Os explorados vêm resistindo a todo o custo, mas não contam com a direção revolucionária que encarne as experiências do internacionalismo e das que expressam as particularidades nacionais da luta de classes.

Constata-se a terceira premissa do Programa de Transição: “Os requisitos objetivos da revolução proletária não só estão maduros, como começam a apodrecer. Sem a revolução social, no próximo período histórico, a civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe”.

Trotsky, ao redigir o Programa de Transição, expressou a essência marxista-leninista do internacionalismo que permitiu a edificação da III Internacional. Encontra-se sua expressão no método: “Na medida em que velhas reivindicações parciais ‘mínimas’ das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente - e isto produz-se a cada passo - a IV Internacional propõe um sistema de reivindicações transitórias cujo sentido é o de se dirigir cada vez mais aberta e resolutamente contra as próprias bases do regime burguês”.

Nesses 86 anos do assassinato de Trotsky, o POR, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) se posiciona mais uma vez diante da crise histórica da direção do proletariado, fortalecendo a sua construção como partido-programa e trabalhando incansavelmente pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Abaixo publicamos considerações sobre o livro-programa “Stalin, o grande organizador de derrotas”, como esforço coletivo de assimilação do marxismo-leninismo-trotskismo.

Memória Eterna a Leon Trotsky!

Stalin, o grande organizador de derrotas

“Desde o início de 1923, a IC¹ vem sofrendo derrotas: na Alemanha e Bulgária, na Inglaterra e na China. Em outros países, as derrotas não foram tão

1 A Internacional Comunista (IC), Terceira Internacional ou Comintern, foi criada sob a direção de Lenin e Trotsky após sua ruptura com a Segunda Internacional em 1914, quando a social-democracia apoiou os créditos de guerra do imperialismo na Primeira Guerra Mundial. Após várias tentativas, o Primeiro Congresso foi realizado em 1919, o Segundo em 1920, o Terceiro em 1921 e o Quarto em 1922, em meio à guerra civil contra os exércitos contrarrevolucionários que tentavam derrubar o poder dos soviéticos. O Quinto Congresso (1924), após a morte de Lenin, foi controlado pela trióica (Stalin-Zinoviev-Kamenev). O VI só foi realizado quatro anos depois (1928) e foi para esse congresso que Trotsky e os opositores bolcheviques-leninistas apresentaram os documentos contidos nesse livro. O VII Congresso de 1935 votou sobre a política das frentes populares (frentes de conciliação de classes). Em 1943, Stalin dissolveu a IC como uma concessão aos aliados na Segunda Guerra Mundial.

dramáticas, mas também são graves. Em todos os casos, a causa imediata dessas derrotas é a cegueira oportunista da direção. Resta dizer-se que a mais grave dessas derrotas é a que Stalin está preparando na República Soviética: parece que ele se propôs o objetivo de entrar para a história com o título de grande organizador de derrotas”. (L. Trotsky).

Stálin, o grande organizador de derrotas é o título pelo qual ficou conhecida uma das obras mais importantes de Leon Trotsky. O título completo é *A Internacional Comunista depois de Lênin: Stálin, o grande organizador de derrotas*. A maior parte foi elaborada em 1928, no contexto do VI Congresso da Internacional Comunista, quando Trotsky estava deportado em Alma-Ata, após sua expulsão do Partido Comunista. Seu núcleo é uma crítica ao projeto de programa da Internacional Comunista e, mais amplamente, à orientação política da direção Stálin-Bukharin. Trotsky demonstra que as derrotas sofridas pelo movimento comunista internacional desde 1923 não eram acidentes isolados, mas consequências de erros estratégicos sistemáticos.

A “Crítica ao Projeto de Programa” permitiu a formação da Oposição Internacional de Esquerda, a futura Quarta Internacional. A Oposição Chinesa, entre outros, surgiu após a leitura e discussões de Chen Du-Xiu e Peng Shu-Tse dos capítulos “Balanço e Perspectivas da Revolução Chinesa” e “A Questão Chinesa após o Sexto Congresso”. É importante, no entanto, destacar que o texto não se propõe uma finalidade faccional. Trotsky defende o Partido, o seu caráter bolchevique e a tradição leninista, quer dizer, em que pese a contundência do texto, coloca-se no terreno do partido, na luta pela correção do seu rumo e é, nesse sentido, um exemplar método correto de como desenvolver a polêmica interna no marco do centralismo democrático. E tudo isso nas piores condições de perseguição e ataques à integridade aos membros da Oposição. Ele próprio estava já exilado na Turquia quando finalizou o documento, sem, no entanto, perder o horizonte da luta. “Os opositores lutarão pelo Partido, pela ditadura, pela Revolução de Outubro, como os revolucionários abnegados devem fazer, sem segundas intenções, assim como se afirmaram defendendo a bandeira do bolchevismo nas circunstâncias históricas mais dolorosas, enquanto perseguições e repressões caíam sobre eles como uma chuva de granizo”.

A obra se organiza em torno de quatro problemas: a oposição entre revolução internacional e a teoria do “socialismo em um só país”; a derrota da Revolução Alemã; a política

do Comitê Anglo-Russo durante a greve geral britânica de 1926; e, sobretudo, a Revolução Chinesa de 1925–1927. É precisamente a experiência chinesa que ocupa lugar decisivo na demonstração de Trotsky sobre os efeitos da orientação da Internacional Comunista.

Trotsky explicita a relação decisiva entre o desenvolvimento da teoria do socialismo em um único país (como expressão teórica da reação à Revolução de Outubro, produto de seu isolamento) e o abandono, pelo estalinismo, dos princípios estratégicos forjados pelo Partido Bolchevique na Revolução Russa e pela Terceira Internacional em seus quatro primeiros Congressos. “Basta repetir que todos os erros de princípio da direção são consequência da mudança causada pelo abandono da linha de conduta marxista e bolchevique em direção a uma linha centrista, que ultimamente tem se deslocado cada vez mais para a direita”.

Outro aspecto vinculado a esta revisão é o fenômeno da burocratização que Trotsky denuncia: “O regime político do partido comunista está intrinsecamente ligado desde 1923 à degeneração do regime interno dos partidos, um regime de funcionários burocráticos que devasta toda a Internacional Comunista (IC) e várias seções, especialmente no Partido Comunista da URSS (PCUS). A burocratização atingiu, ao longo desse período, proporções absolutamente inéditas; ela se apresenta em formas que ameaçam os próprios alicerces do Partido do proletariado internacional. O espírito burocrático e arbitrário do aparato do Partido manifesta-se da forma mais evidente e indiscutível, no fato de que a direção, chamada a dirigir os maiores acontecimentos que se manifestam em todo o mundo, evitou, por mais de quatro anos, a convocação do Congresso da IC; ao mesmo tempo, o Comitê Executivo (CE), eleito no Quinto Congresso, passou por uma completa reorganização interna, realizada fora de todo o congresso, com o objetivo de eliminar o núcleo dirigente eleito durante o Quinto Congresso”.

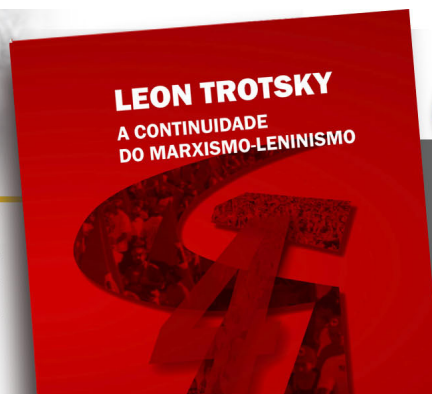
Durante os quatro longos anos entre o Quinto e o Sexto Congresso, todas as questões foram resolvidas pelo Comitê Executivo da IC ou por seu Presidium; na verdade, foram administradas pelo Bureau Político do Partido Comunista da URSS ou, mais precisamente, por seu Secretariado, apoiado pelo aparato do Partido que dele depende. Não devido à autoridade ideológica do Partido Comunista Soviético da época de Lênin, mas devido à onipotência da Secretaria que é exercida por meio da onipotência do aparelho. Trotsky pergunta: “Quem modificou o CE, responsável apenas perante o Congresso..., se o Congresso não se reuniu?”

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

A resposta é o núcleo dirigente do Partido Comunista Soviético que, após cada mudança em sua composição, modifica o CE, desconsiderando os estatutos da IC e as decisões de seu Quinto Congresso. Por seu turno, as mudanças dentro do núcleo dirigente do Partido Comunista da URSS foram realizadas pelas costas, não apenas da IC, mas também do próprio Partido Comunista Soviético, entre os congressos e independentemente deles, por meio de golpes do aparato.

Programa da revolução internacional ou programa do socialismo em um só país

O 4 de agosto de 1914, início da I Guerra Mundial, é a data em que os “programas [exclusivamente] nacionais” perderam definitivamente seu fundamento. E embora desde o Manifesto do Partido Comunista de 1848 já se colocava para o proletariado o caráter internacional de sua luta contra o capitalismo, a partir de 1914, o partido revolucionário do proletariado só pode se basear em um programa internacional que corresponda ao caráter da época atual, a época do maior desenvolvimento e colapso do capitalismo. “Um programa comunista internacional não é, de forma alguma, uma soma de programas nacionais ou uma fusão de suas características comuns. Deve ter como ponto de partida direto a análise das condições e tendências da economia. E da situação política do mundo, como um todo, com suas relações e contradições, isto é, com a dependência mútua que opõe seus componentes uns aos outros. Na época atual, infinitamente mais do que na anterior, a direção para a qual o proletariado é dirigido do ponto de vista nacional só deve e só pode ser deduzida a partir da direção seguida no domínio internacional, e não o contrário. Essa é a diferença fundamental que separa, no ponto de partida, o internacionalismo comunista das inúmeras variedades de nacional-socialismo”.

O projeto de programa de Stalin-Bukharin apresentado para ser aprovado no VI Congresso, não cumpre com essa exigência, deixando de lado a análise concreta da evolução da crise econômica mundial, das alterações na correlação de força ocorridas entre as diversas potências e, por exemplo, a ascensão do imperialismo norte-americano. “Em períodos de crise, a hegemonia dos EUA se fará sentir mais completa, mais aberta, mais implacável do que durante o período de crescimento. Os Estados Unidos liquidarão e superarão suas dificuldades e perturbações, acima de tudo, em detrimento da Europa; não importa onde isso aconteça, na Ásia, no Canadá, na América do Sul, na Austrália ou na própria Europa; pouco importa se é por procedimentos ‘pacíficos’ ou por meios militares”. Também deixaram de fora a formulação já incorporada ao Programa da Internacional Comunista da consigna dos Estados Unidos Soviéticos da Europa (que já havia sido aprovado pela IC em 1923, após uma longa luta interna).

Indo ao núcleo da crítica da teoria do socialismo num só país, Trotsky aponta: “... já durante a época pré-imperialista, Marx e Engels chegaram à conclusão de que, por um lado, a desigualdade, ou seja, os choques do desenvolvimento histórico estenderiam a revolução proletária a toda uma época que arrastará as nações para baixo, uma após outra,

em direção à torrente revolucionária; Mas, por outro lado, a interdependência orgânica dos vários países, que se desenvolveu a ponto de se tornar uma divisão internacional do trabalho, exclui a possibilidade da construção do socialismo em um único país. Agora, mais do que nunca, enquanto o imperialismo estendeu, aprofundou e fortaleceu essas duas tendências antagônicas, a doutrina marxista, que proclama que a revolução socialista pode ser iniciada dentro dos limites de uma nação, mas que a sociedade socialista não pode ser construída dentro do quadro nacional, é duas ou três vezes mais verdadeira. Lênin apenas expandiu e concretizou a forma como Marx colocou a questão e a solução que deu”.

E, contrapondo-se à manipulação de umas poucas citações de Lênin para justificar o revisionismo estalinista, cita uma passagem do dirigente bolchevique: “A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Portanto, segue-se que o triunfo do socialismo é possível primeiro em um pequeno número de países capitalistas e até mesmo em um único país capitalista isolado. O proletariado vitorioso deste país, após ter expropriado os capitalistas e organizado a produção socialista em seu país, se levantará contra o resto do mundo capitalista, atrairá as classes oprimidas de outros países, as incitará a se revoltar contra os capitalistas e até, se necessário, pela força militar contra as classes exploradoras e seus estados”. O que Lênin quis dizer ao escrever isso? Simplesmente, que o triunfo do socialismo, no sentido de estabelecer a ditadura do proletariado, é possível primeiro em um único país, encontrando-se assim em oposição ao mundo capitalista. O Estado proletário, para repelir os ataques do inimigo e partir para a ofensiva revolucionária, deve primeiro organizar a “produção socialista em seu país”, ou seja, dirigir o próprio trabalho nas fábricas tomadas dos capitalistas. Só isso.

“Ao tentar justificar a teoria do socialismo em um único país, o projeto de programa comete um duplo, triplo, quádruplo erro: exagera o auge do nível das forças produtivas da URSS; fecha os olhos para não ver a lei do desenvolvimento desigual dos vários ramos da indústria; esquece a divisão mundial do trabalho; e, finalmente, não se lembra da contradição essencial que existe entre as forças produtivas e as barreiras nacionais ao longo da época imperialista”.

Mas há ainda um aspecto que subjaz à nova doutrina. Segundo ela, “o socialismo pode ser construído sobre a base de um Estado nacional sob a condição de que não haja intervenção armada”. Quer dizer, dessa doutrina decorre uma política colaboracionista em relação à burguesia do exterior. O objetivo é evitar intervenções para garantir a construção do socialismo na URSS. “A tarefa dos partidos da IC assume, assim, um caráter secundário: preservar a URSS de intervenções e não lutar pela conquista do poder. Obviamente, não é uma questão de intenções subjetivas, mas de uma lógica objetiva do pensamento político”.

Estratégia e Táticas na Época Imperialista.

Segundo Trotsky, o conceito de estratégia revolucionária só foi formado nos anos do pós-guerra, sob a influência inicial, sem dúvida, da terminologia militar. Fundamental-

mente, “as táticas são limitadas a um sistema de medidas relacionadas a um problema atual particular ou a um terreno separado da luta de classes. A estratégia revolucionária abrange todo um sistema combinado de ações que, tanto em sua relação e sucessão quanto em seu desenvolvimento, deve conduzir o proletariado à conquista do poder”. É claro que os princípios fundamentais da estratégia revolucionária foram formulados desde que o marxismo colocou aos partidos revolucionários do proletariado o problema da conquista do poder com base na luta de classes. Mas a Primeira Internacional só conseguiu formular esses princípios do ponto de vista teórico e prová-los em parte graças à experiência de diferentes países. A época da Segunda Internacional deu origem a métodos e concepções tão fortes que, em sua aplicação, seguiram a famosa expressão de Bernstein: “o movimento é tudo, o objetivo final é nada.” Em outras palavras: o trabalho estratégico foi reduzido a nada, dissolvendo-se no “movimento” diário com seus slogans retirados das táticas do dia a dia. Somente a Terceira Internacional restabeleceu os direitos da estratégia revolucionária do comunismo, à qual subordinou completamente os métodos táticos.

“O problema fundamental do programa, ou seja, a estratégia para a conquista revolucionária do poder (as condições e métodos que levam à insurreição e à conquista do poder) é examinado na proposta de Stalin/Bukharin de forma seca e genérica, numa passagem esquemática que ocupa menos espaço do que o dedicado ao socialismo “construtivo”, “de forma abstrata, pedante, sem nunca recorrer à experiência viva do nosso tempo. As grandes batalhas do proletariado na Finlândia, Alemanha e Áustria, a República dos Soviéticos na Hungria, os dias de setembro na Itália, os acontecimentos de 1923 na Alemanha, a greve geral na Inglaterra etc., são mencionadas apenas em uma desbotada enumeração cronológica, e não no Capítulo VI, que trata da estratégia do proletariado, mas no capítulo II, que expõe ‘a crise do capitalismo e a primeira fase da revolução mundial’. Ou seja, as grandes lutas do proletariado são consideradas apenas como acontecimentos objetivos, como uma expressão da ‘crise geral do capitalismo’, e não como experiência estratégica do proletariado. Basta dizer que o rascunho condena as aventuras revolucionárias (“putschismo”) sem sequer tentar determinar se, por exemplo, a revolta na Estônia, a explosão da catedral em Sofia em 1924 ou a última insurreição em Cantão foram manifestações heroicas de aventureirismo ou, ao contrário, ações metódicas que fazem parte da estratégia revolucionária do proletariado. Um projeto sobre o problema da tomada do poder que não responde a essa pergunta urgente é simplesmente um plágio de um documento diplomático e não de um documento de estratégia comunista. Claro que por trás dessa forma abstrata de colocar os problemas da luta revolucionária do proletariado não se deve ao acaso. Os autores do projeto preferem não abordar de perto as lições estratégicas dos últimos cinco anos, ou seja, a coleção de derrotas provocadas pela direção da IC.”

Trotsky defende, como método para todo programa, a recomendação feita por Lênin para quem – principalmente

no ponto da estratégia e da tática – era importante “registrar o que foi conquistado, assim como o que foi deixado escapar, e que pode ser transformado em “conquista” se as lições do passado forem bem compreendidas e assimiladas. A vanguarda proletária precisa de um manual de ação e não de um catálogo de lugares comuns”. E, particularmente após um período tão cheio de acontecimentos e derrotas, era obrigatório que o programa a ser aprovado explicasse o papel da direção, pois se o papel do “fator subjetivo” podia permanecer como algo secundário durante a época da evolução mais lenta – século XIX – no período atual [imperialismo], “quando as premissas objetivas estão maduras”, a chave de todo o processo histórico passa para o fator subjetivo, ou seja, para o partido. O oportunismo, que vive consciente ou inconscientemente sob o jugo da época passada, tende sempre a subestimar o papel do fator subjetivo, ou seja, a importância do partido revolucionário e da direção revolucionária. Isso se manifestou plenamente durante as discussões sobre as lições do Outubro Alemão, do Comitê Anglo-Russo e da Revolução Chinesa. Nessas ocasiões, como em outras menos importantes, a tendência oportunista interveio seguindo uma linha política que dependia diretamente das ‘massas’, negando os problemas do ‘topo’ da direção revolucionária”. Se, desde um plano teórico geral, essa abordagem é errada, na época imperialista, é fatal.

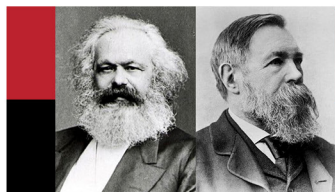
“Balanço e perspectivas da Revolução Chinesa”

(Observação: devido ao espaço restrito, daremos continuidade no próximo número do Jornal Massas)



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por





► **Assimilando o socialismo científico**

A Base da Família (parte I)

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política, publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Seleccionamos as passagens sobre o “Método da Economia Política”, que constitui a terceira parte da “Introdução à Crítica da Economia Política”. No Jornal Massas 765, publicamos uma síntese das formulações de Engels sobre a dialética e completamos com um comentário de Lênin. No Massas 766, retomamos a publicação em continuidade à formulação de Marx sobre as transformações históricas e o lugar das forças produtivas. O Massas 767 trouxe a formulação de Marx e Engels sobre a relação entre a consciência e a realidade, que se encontra no livro “A Ideologia Alemã”. No número seguinte do Jornal Massas, transcrevemos as formulações correspondentes à concepção marxista sobre a religião. No Massas 769, apresentamos as formulações de Engels sobre o Estado. Agora, seleccionamos as explicações de Engels sobre a base da família.

Observação: devido à extensão, editaremos em parte o documento. Demos um subtítulo às partes Heterismo, Adultério e Particularidades Culturais

A BASE DA FAMÍLIA

1. As Origens Econômicas da Monogamia

(...)

É esta a origem da monogamia, tanto quanto podemos segui-la entre o povo mais civilizado e desenvolvido da Antiguidade. Não foi de forma alguma fruto de amor sexual individual, com que nada tem a ver; os casamentos continuaram a ser, como antes eram, casamentos de conveniência. Foi a primeira forma da família a ser baseada, não em condições naturais, mas em condições econômicas - na vitória da propriedade privada sobre a propriedade primitiva, natural e comunal. Os próprios gregos puseram a questão de forma muito franca: os objetivos exclusivos do casamento monogâmico eram tornar o homem supremo na família e propagar, como futuros herdeiros da sua riqueza, filhos que fossem indubitavelmente seus. Quanto ao mais, o casamento era um fardo, um dever a cumprir - quer se gostasse ou não - para com os deuses, o Estado e os antepassados. Em Atenas, a lei exigia do homem não só o casamento, mas também o cumprimento de um mínimo dos chamados deveres conjugais.

Assim, quando o casamento monogâmico aparece pela primeira vez na história, não é a reconciliação entre o homem e a mulher, menos ainda a forma máxima

de tal reconciliação. Muito pelo contrário. O casamento monogâmico entra em cena como a subjugação de um sexo pelo outro; anuncia uma luta entre os sexos, desconhecida através de todo o período pré-histórico anterior.

Num velho manuscrito (...), escrito por Marx e por mim em 1846 ⁽¹⁾, encontro as palavras: “A primeira divisão de trabalho é a que existe entre o homem e a mulher para a propagação de filhos”. E hoje posso acrescentar: a primeira oposição que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico, e a primeira oposição de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino.

O casamento monogâmico foi um grande passo histórico; apesar disso, com a escravatura e a riqueza privada, inicia o período que tem durado até hoje e em que cada passo em frente é também, relativamente, um passo atrás, em que a prosperidade e o desenvolvimento para alguns são conquistados através da miséria e frustração de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, em que já pode ser estudada a natureza das oposições e contradições plenamente ativas nessa sociedade.

A antiga liberdade comparativa de relações sexuais

não desapareceu de forma alguma com a vitória do casamento por pares ou mesmo do casamento monogâmico: “O antigo sistema conjugal, agora reduzido a limites mais estreitos pelo desaparecimento gradual dos grupos punaluanos ⁽²⁾, rodeava ainda a família em evolução, que havia de seguir até o limite da civilização... Desapareceu finalmente na nova forma de heterismo, que ainda segue a humanidade na civilização como uma sombra escura sobre a família”. ⁽³⁾

Heterismo

Por “heterismo”, Morgan entende a prática, coexistente com o casamento monogâmico, de relações sexuais extramatrimoniais entre homens e mulheres não casados, que, como sabemos, floresce sob as formas mais variadas através de todo o período da civilização e se desenvolve cada vez mais no sentido da prostituição aberta. Este heterismo deriva muito diretamente do casamento por grupos, da entrega cerimonial pela qual as mulheres adquiriam o direito à castidade. A entrega por dinheiro foi, a princípio, um ato religioso; tinha lugar no templo da deusa do amor, e o dinheiro ia originalmente para o tesouro do templo. As escravas do templo de Anaitis, na Armênia, e de Afrodite, em Corinto, como as dançarinas sagradas ligadas aos templos da Índia, as chamadas bayaderes (a palavra é uma derivação da palavra portuguesa bailadeira), foram as primeiras prostitutas. Originalmente, era um dever de todas as mulheres, esta entrega passou depois a ser realizada apenas por estas sacerdotisas, representantes de todas as outras mulheres.

Entre outros povos, o “heterismo” deriva da liberdade sexual permitida às moças antes do casamento - de novo, portanto, uma relíquia do casamento por grupos, mas transmitida de maneira diferente. Com o aparecimento de desigualdades de propriedade - logo, já na fase superior da barbárie -, o trabalho assalariado surge esporadicamente lado a lado com o trabalho escravo e, ao mesmo tempo, como seu correlativo necessário, a prostituição de mulheres livres, lado a lado com a entrega forçada da escrava. Assim, a herança que o casamento por grupos legou à civilização é de dois gumes, exatamente como tudo quanto a sociedade é de dois gumes, duas línguas, dividido contra si próprio, contraditório: de um lado, a monogamia, do outro, o heterismo, com a sua forma mais extrema, a prostituição. Porque o heterismo é uma instituição tão social como qualquer outra, continua a antiga liberdade sexual - com vantagem para os homens.

De fato, não apenas tolerado, mas alegremente praticado, particularmente pelas classes dominantes, é condenado por palavras. Na realidade, porém, esta condenação não recai nunca nos homens, mas só nas mulheres; elas são desprezadas e proscritas, para que a supremacia incondicional dos homens sobre o sexo feminino possa ser proclamada mais uma vez como uma das leis fundamentais da sociedade.

Adultério

Mas uma segunda contradição se desenvolve, assim, dentro do próprio casamento monogâmico. Ao lado do marido que embeleza a sua existência com o heterismo, está a mulher abandonada. É impossível ter uma das faces desta contradição sem ter a outra, como é impossível um homem ter na mão uma maçã inteira depois de lhe ter comido metade. Mas essa parece ter sido a opinião dos maridos, até as mulheres os ensinarem melhor!

Com o casamento monogâmico, fazem a sua entrada em cena dois tipos sociais, que passarão a ser constantes e eram até então desconhecidos: o amante da mulher e o marido enganado. Os maridos tinham conquistado a vitória sobre as mulheres, mas as vencidas, magnanimamente, proporcionaram-lhes a coroa. Com o casamento monogâmico e o heterismo, o adultério tornou-se uma instituição social inevitável - denunciada, severamente punida, mas impossível de suprimir.

Como antes, a paternidade certa dos filhos apoia-se - no melhor dos casos - na convicção moral, e para re-

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:

**A doutrina
comunista
do casamento**



Partido
Operário
Revolucionário

MASSAS



solvar a insolúvel contradição o Código de Napoleão, artigo 312, decretou: “L'enfant conçu pendant le mariage a pour père le mari” (o filho concebido durante o casamento tem por pai o marido). Este é o resultado final de três mil anos de casamento monogâmico.

Assim, onde quer que a família monogâmica permaneça fiel à sua origem histórica e revele claramente o antagonismo entre o homem e a mulher, expresso na supremacia exclusiva do homem, ela exhibe em miniatu- ra as mesmas oposições e contradições em que a so- ciedade se tem movido, sem poder para as resolver ou superar, desde que se dividiu em classes no começo da civilização. Falo aqui, como é óbvio, apenas daqueles casos de casamento monogâmico em que a vida matri- monial se processa de fato segundo o carácter original da instituição, mas em que a mulher se rebela contra a supremacia do marido. (...)

Particularidades culturais

Todavia, de forma alguma o casamento monogâmi- co teve sempre e em toda a parte a forma classicamente severa que tomou entre os gregos. Entre os romanos, que, como futuros conquistadores do mundo, tinham

uma visão mais ampla, embora menos requintada, do que os gregos, as mulheres eram mais livres e mais respeitadas. Um romano considerava que o seu poder de vida e de morte sobre a mulher garantia, de for- ma mais do que suficiente, a fidelidade conjugal dela. Além disso, neste caso, a mulher - tal como o marido - podia dissolver o casamento se o desejasse. Mas o maior progresso no desenvolvimento do casamento veio certamente com a entrada dos germanos na his- tória; isto porque os germanos - muito provavelmente devido à sua pobreza - se encontravam numa fase em que, ao que parece, a monogamia ainda não se distin- guira perfeitamente do casamento por pares. (...)

(1) Ideologia Alemã, Marx e Engels.

(2) Para Morgan, representa uma forma histórica de organização familiar situada entre formas mais anti- gas de relações sexuais grupais e formas posteriores de casamento por pares.

(3) Lewis H. Morgan, “A Sociedade Antiga, ou Pes- quisas sobre as Linhas do Progresso Humano da Sel- vageria, através da Barbárie, até a Civilização”.

LANÇAMENTO!

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

Esta publicação do Partido Operário Revolucionário (POR) se fez sob a necessidade que impõe as escaladas bélicas e faz parte da campanha pela superação da crise de direção do proletariado e reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista, e luta pela revolução e ditadura proletárias!

R\$40

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

POR | PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO: (11) 95446-2020 @massas.por

LANÇAMENTO

Adquirir já com o distribuidor do jornal Massas da sua região

FASCISMO

★
O que é e como combatê-lo

Extratos de
Leon Trotsky

R\$5

A publicação desta coletânea sobre o fascismo faz parte da iniciativa da vanguarda marxista-leninista-trotskista de compreender a luta de classes e construir o partido revolucionário.

POR | PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por

